

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**VANESSA FREITAS RIBEIRO
SONELI CHAGAS DE ALMEIDA
JORGENAVE MENDES BARBOSA**

AS LOUCEIRAS DO MARUANUM:

**Um estudo antropológico sobre a produção ceramista e sua representação
para cultura local.**

**MACAPÁ-AP
2011**

**VANESSA FREITAS RIBEIRO
SONELI CHAGAS DE ALMEIDA
JORGENAVE MENDES BARBOSA**

AS LOUCEIRAS DO MARUANUM:

**Um estudo antropológico sobre a produção ceramista e sua representação
para cultura local.**

Trabalho de Conclusão de curso (TCC) apresentado ao colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como exigência parcial à obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Maria da Silva.

MACAPÁ-AP

2011

**VANESSA FREITAS RIBEIRO
SONELI CHAGAS DE ALMEIDA
JORGENAVE MENDES BARBOSA**

AS LOUCEIRAS DO MARUANUM:

**Um estudo antropológico sobre a produção ceramista e sua representação
para cultura local.**

Trabalho de Conclusão de curso (TCC) apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Maria da Silva
Unifap

Prof^a. Dra. Maria do Socorro dos Santos Oliveira
Unifap

Prof^a Ms. Iraci de Carvalho Barroso
Unifap

DEDICAMOS

Às nossas famílias, pela paciência,
compreensão e incentivo na
elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Deus por caminhar ao nosso lado; aos professores, que muito contribuíram na realização deste trabalho, aos novos amigos que fizemos durante o curso e ao nosso orientador, Prof^o Dr. José Maria da Silva, que nos deu direcionamento.

“Imponha-me uma tarefa na qual eu possa colocar algo do meu mais íntimo, e isso não será mais uma obrigação; isso é alegria, isso é arte”.

(Bliss Carman).

RESUMO

Este trabalho é um estudo antropológico que foi desenvolvido com base em uma pesquisa de campo realizada no Maruanum, distrito de Macapá-Amapá, mais precisamente nas comunidades de Carmo do Maruanum e Santa Luzia do Maruanum. Nesta pesquisa trabalhou-se com um grupo de 05 mulheres, que são denominadas louceiras do Maruanum, as quais produzem louças de barro para sua comercialização, num trabalho que envolve muita satisfação e prazer. Objetivou-se averiguar todo processo de produção das louças em cerâmica e o papel das mulheres louceiras na comunidade do Maruanum, bem como uma meticulosa análise sobre o ritual realizado por estas mulheres, que se revelou impregnado de misticismo e simbologias. Trata-se de uma abordagem qualitativa, desenvolvida no método etnográfico, com a utilização do diário de campo, entrevistas, registros fotográficos, videogravações e estudo bibliográfico. A importância em se estudar essa temática está no desvendamento da arte amapaense, bem como no conhecimento minucioso sobre este artesanato típico do estado do Amapá, que aos poucos ganha espaço nas pesquisas científicas, e assim, enaltece a cultura local.

Palavras-chave: Louceiras – Maruanum – cerâmica – artesanato – louças.

ABSTRACT

This work is an anthropological study that it was developed with base in a field research accomplished in Maruanum, district of Macapá-Amapá, more precisely in the communities of Carmo do Maruanum and Santa Luzia do Maruanum. In this research he/she worked her with a group of 05 women, that louceiras of Maruanum is denominated, which produce mud dishes for his/her commercialization, in a work that involves a lot of satisfaction and pleasure. It was aimed at to discover every process of production of the dishes in ceramic and the paper of the women louceiras in the community of Maruanum, as well as a meticulous analysis on the ritual accomplished by these women, that one revealed impregnated of mysticism and symbols. It is a qualitative approach, developed in the method ethnography, with the use of the field diary, interviews, photographic registrations, video recordings and bibliographical study. The importance in studying that theme is in the discovery of the art amapaense, as well as in the meticulous knowledge on this typical craft of the state of Amapá, that little by little wins space in the scientific researches, and like this, it exalts the local culture.

Key words: Louceiras - Maruanum - ceramic - craft – dishes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 – MULHERES LOUCEIRAS: GÊNERO E IDENTIDADE	11
1.1 - Gênero como fator característico no processo de confecção das louças .	11
1.2 – Cultura e identidade	16
1.3 - Uma comunidade remanescente de quilombo.....	19
2 – ASPECTOS HISTÓRICOS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO DISTRITO DO MARUANUM	22
2.1 - Contexto histórico do Maruanum	22
2.2 – A origem do nome Maruanum.....	23
2.3 - A criação do Distrito do Maruanum.....	26
2.4 – Perfil dos moradores de Carmo do Maruanum e Santa Luzia do Maruanum	26
2.5 – Religiosidade de Carmo do Maruanum e Santa Luzia do Maruanum	34
2.6 – Representações políticas no Distrito.....	36
3 – O PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS LOUÇAS	40
1 – A produção da matéria-prima.....	43
2 – Confecção das louças.....	52
4 – A CERÂMICA E O MERCADO	59
4.1 – A cerâmica como artesanato.....	59
4.2 – Transformação dos utensílios em peças de artesanato.....	63
4.3 – O consumo na era da globalização.....	64
4.4 – Processo de comercialização das louças	67
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE	79
ANEXOS	85

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo mulheres que confeccionam, de forma artesanal, louças. Trata-se de mulheres negras pertencentes ao Maruanum, um distrito do município de Macapá, estado do Amapá, que produzem louças em cerâmica de forma sustentável e em sintonia com a natureza, através do respeito à “Mãe do barro” – entidade sobrenatural – e da preocupação com a recuperação do ambiente que foi alterado por elas, apesar de que a degradação ambiental com a prática da extração do barro, para confecção das louças, não compromete o meio ambiente.

As louceiras do Maruanum representam a identidade local, visto que seu artesanato é característico da cultura do povo que mora no distrito, considerando serem tradicionais no que tange as peculiaridades da comunidade, como o modo de vida: pessoas simples, que não precisam de portas e janelas fechadas a cadeado com risco de serem roubadas, que recebem de forma muito acolhedora os “estrangeiros” e que ainda vivem e acreditam nos ensinamentos de seus avós e antepassados, como as crenças e os mitos.

A escolha desta temática deu-se a partir da importância das louças para o artesanato do Amapá. Não se trata de uma louça em si, mas a riqueza cultural que sobrecai sobre a mesma. Elas não vendem apenas louças, mas uma história, uma identidade.

Contudo, a relevância em estudar as louceiras do Maruanum dá-se por suas distinções particulares, sendo consideradas pertencentes a uma população tradicional, desenvolvendo uma atividade sustentável, e tornando, assim, a história dessas mulheres do Maruanum, uma preciosidade cultural para a sociedade amapaense.

Esta pesquisa está dentro da perspectiva antropológica, onde foi desenvolvida em cima de uma pesquisa de campo, no método etnográfico. É um estudo de caso que utilizou como metodologia de trabalho o diário de campo, onde foi anotado cada ponto considerado relevante para pesquisa; realizamos

algumas entrevistas com os moradores da comunidade e com as louceiras; fizemos vários registros fotográficos e vídeogravações para ilustrar o trabalho e utilizamos fontes documentais como embasamento teórico e histórico da comunidade.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro denomina-se “Mulheres louceiras: gênero e identidade”, que introduz sobre os aspectos antropológicos das louceiras, como questões de feminilidade, identidade, cultura e negros. O segundo é “Aspectos histórico e sócio-econômicos do distrito do Maruanum”, que diz respeito à comunidade em questão. O terceiro capítulo aborda as etapas de produção das louças. E o quarto e último capítulo, “As louças e o mercado”, diz respeito à comercialização das louças e a introdução de técnicas e design na produção.

1 – MULHERES LOUCEIRAS: GÊNERO E IDENTIDADE

1.1 - Gênero como fator característico no processo de confecção das louças

O estudo que ora apresentamos neste trabalho foi desenvolvido entre mulheres de comunidades rurais negras do estado do Amapá. Além do engajamento nas tarefas domésticas do dia-a-dia da casa, essas mulheres desenvolvem uma atividade singular em suas comunidades e com ela ganham projeção, qual seja: a fabricação manual de louças e utensílios em cerâmica, por isso são identificadas pelo termo “louceiras”. Tal atividade remonta a diversas tradições de estudo sobre o papel e a identidade das mulheres no meio rural, as quais se diferenciam de uma maneira geral das mulheres que vivem no meio urbano das cidades.

No âmbito das ciências sociais, sobretudo na antropologia e na sociologia, há uma gama de trabalhos que tratam do papel, da importância e das identidades de mulheres em áreas rurais. Ainda que se fale de forma generalista sobre mulheres, há que se destacar que são estudos de casos, sobre grupos específicos, que trazem à discussão as mais variadas experiências das mulheres e do papel feminino em diferentes contextos sociais.

São esses estudos que nos permitem ultrapassar a idéia de mulher como uma categoria única, geral e abstrata. E são exatamente as experiências das diferentes situações que a mulher vivencia em atividades de trabalho e nas relações sociais que permitem avaliar o que é ser mulher em cada contexto específico. Esta perspectiva de estudo na academia ficou conhecida como uma área específica identificada pelo termo “estudos de gênero”. É neste contexto teórico que localizamos o trabalho que ora apresentamos.

As louceiras do Maruanum são reconhecidas não só pela comunidade, mas por todo estado do Amapá. Suas louças, como parte da cultura local, são referência na comunidade. Trata-se de um trabalho realizado apenas por mulheres, destacando a figura feminina e marcando uma posição singular nas

relações de gênero nas comunidades a que pertencem, onde inicialmente os homens eram os únicos provedores do sustento familiar.

Segundo Smanioto (2003:19), a “palavra gênero é a idéia de uma categoria construída pela cultura e pela história e que, conseqüentemente, pode ser analisada enquanto categoria construída.” O conceito de gênero busca compreender as relações estabelecidas entre os homens e as mulheres, os papéis que cada um assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles.

Segundo Bandeira (1999), a concepção de gênero, enquanto categoria de análise, parte da premissa de que as mulheres sempre estiveram à margem do processo histórico social. Isto porque sempre foram tolhidas por uma ideologia pautada na lógica discursiva dominante, a qual justificava a divisão de papéis sociais baseada no sexo biológico.

O homem sempre foi visto como o chefe da família, o provedor que sai para o espaço público em busca dos recursos para a manutenção da família, cabendo à mulher o espaço doméstico do lar – mãe e dona-de-casa que deve realizar-se como mulher nos cuidados dos filhos e do esposo.

No Brasil, as discussões sobre gênero se intensificaram no final do século XIX, mais precisamente nas décadas de 70 e 80, onde se lutava por uma igualdade entre os sexos. Porém esses movimentos eram mais direcionados para a área urbana, desprestigiando as mulheres que viviam no campo, local onde o patriarcalismo se põe mais acentuado que nas cidades urbanizadas. “Vivemos em uma sociedade patriarcal que reproduz o poder do homem e parece que na propriedade rural este poder está mais enraizado nos valores, nas práticas e nos relacionamentos do cotidiano”. (SILVA e ROCHA, 2010:07).

Segundo Cordeiro e Scott (2007), no Brasil, as reflexões sobre mulheres e gênero em contextos rurais alcançaram uma maior visibilidade a partir de 1980. Os assuntos mais abordados foram sobre o trabalho das mulheres; os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; e as pesquisas etnográficas sobre campesinato e ribeirinhos.

Na Amazônia, contexto regional de nossa pesquisa, a temática de gênero já aparece no clássico livro de Charles Wagley, *Uma comunidade amazônica*. Contudo, a abordagem etnográfica de Wagley não recai propriamente sobre as relações de gênero como entendemos hoje, e sim deriva de sua descrição sobre como se estrutura a família em uma comunidade no interior da Amazônia (denominada de Itá) na primeira metade do século XX. Na descrição detalhada sobre as características da família no contexto amazônico, Wagley descreveu assim o *status* do homem:

Nas casas de uma única família o pai é, teoricamente, o chefe absoluto. Uma das principais razões pelas quais a vida em comum de várias famílias não dá bom resultado é o receio de que, mais cedo ou mais tarde, haja atritos entre os chefes. Para a sua família direta, a palavra do pai deve ser artigo de lei. Este não deve a ninguém a satisfação de seus atos. Todas as noites deverá rezar, de pé, diante do pequeno altar, ao canto da sala; a mulher e os filhos ajoelham-se atrás. Só ele deve preocupar-se com as finanças da família, e ele compete fazer todas as compras, mesmo as de gênero alimentícios de necessidade de diária. [...] Também cabe ao homem resolver todos os negócios. O pai é o único responsável pelo sustento da família e o comentário mais humilhante que se pode fazer sobre um homem é de que sua mulher pesca – isto é, precisa contribuir para o sustento da família (WAGLEY, 1988:170).

Percebe-se que o contexto descrito por Wagley refere-se à tradição da família patriarcal, na qual o homem tem o papel de provedor, e que concepção de família e conseqüentemente as relações entre o homem, a mulher e os filhos é vista pelas normas do patriarcalismo.

Quando se fala em questões de gênero, logo nos propomos a discutir relações de trabalho. O trabalho como instituição social possui dimensões simbólicas que saem dos espaços de produção, distribuição de riquezas, desigualdades e estratificações sociais, para criar espaços e conflitos sociais de gênero. (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, citado por SILVA e ROCHA, 2010:02).

Nesse sentido, a análise das relações de trabalho torna-se fundamental para as discussões acerca das desigualdades de gênero, de forma que estas emergem como mecanismos de produção de hierarquias, conflitos e

invisibilidades, não só no mundo do trabalho, mas em outras esferas da vida social.

Em se tratando das relações de trabalho estabelecidas no âmbito rural, e mais precisamente na Amazônia, a inserção da mulher no espaço produtivo está, sobretudo, na agricultura familiar. Esta tem como característica principal o processo produtivo basicamente relacionado ao atendimento das necessidades de manutenção e reprodução biológica e social do produtor rural e de sua família.

A mulher, apesar de assumir um papel importante nos processos produtivos da economia rural não é reconhecida por seu trabalho, na medida em que suas atividades não são vistas como produtoras de renda, ou seja, há uma invisibilidade do trabalho feminino. Neste sentido, as mulheres são vistas mais como donas de casa, ajudantes do companheiro e não como sujeitos produtivos.

O trabalho da mulher nos pequenos cultivos, muitas vezes no quintal da propriedade rural, ao redor da casa, nos igarapés e até mesmo nos pescados artesanais garante a alimentação da família no cotidiano, ficando a geração de renda para os homens no processo produtivo de cultivos maiores e na negociação dos mercados. (SILVA e ROCHA, 2010:04).

É neste cenário que a maioria das mulheres louceiras do Maruanum trabalham na roça, uma vez que a produção da farinha e seus derivados são as principais fontes de renda para o sustento familiar daquela comunidade, mas, adquirindo o papel de coadjuvante da produção, apesar de sua grande contribuição. Nota-se a urgência em dar novo significado ao trabalho da mulher, dando a ela o reconhecimento e valor que merece. Deve-se ver seu trabalho não como ajuda, mas como contribuição econômica fundamental na produção rural.

As mulheres moradoras da comunidade Pancada do Camaipi, localizada no quilômetro 85, da BR 156, no município do Laranjal do Jari, no Amapá, vive uma realidade diferente das demais moradoras de comunidades rurais na Amazônia. A introdução da agricultura no processo produtivo da região foi efetivado pelas mulheres. O trabalho na roça é tarefa majoritariamente feminina, como o plantio, limpeza, colheita e beneficiamento (em se tratando da mandioca),

sendo que aos homens cabe apenas a tarefa de limpeza da área. Destaca-se também sua inserção nas discussões políticas, bem como sua capacidade de liderança dentro da comunidade.

As mulheres da Pancada do Camaipi participam ativamente e apresentam-se como lideranças em domínios, que, no caso de Itapuá, são exclusivamente masculinos (domínio econômico, político, religioso). Na estrutura do poder doméstico, dividem com os maridos as tarefas diárias na roça e no cuidado com os filhos; aparecem como mediadoras nas relações entre a comunidade local e a sociedade global; (...) realizam a comercialização dos produtos nas feiras de Macapá; são responsáveis pelos rituais religiosos católicos [...]. (MARTINS e ALMEIDA, 2006:26).

Comparadas a elas, as mulheres caboclas do baixo amazonas desenvolvem o cultivo de plantas ornamentais, medicinais e frutíferas. É um espaço exclusivo delas, ou seja, de domínio feminino. É nos jardins e quintais que elas desenvolvem suas atividades “(...) e são estes os espaços onde as mulheres passam grande parte do seu tempo e concentram suas atividades domésticas.” (MURRIETE e WINKLERPRINS, 2006:284).

Em um estudo realizado por Pinto (2004) com as mulheres de Umarizal, na região de Tocantins/Pará, tem-se um exemplo de uma comunidade de negros, onde as mulheres têm participação em praticamente todas as atividades. Essas mulheres trabalham na roça e cuidam das tarefas domésticas. Seu trabalho na roça é tão pesado quanto o dos homens. A divisão dos trabalhos mais leves para as mulheres e mais pesados para o homem é só uma representatividade. As mulheres sempre estiveram ao lado dos homens realizando todas as tarefas no mesmo nível. Além disso, elas fazem parto, curam com ervas e “afastam a panema¹ e a malineza² dos encantados”. Há, nesta comunidade, até mesmo uma inversão de papéis masculinos e femininos, tudo com o intuito de enfrentar os obstáculos do dia-a-dia e sobreviver.

¹ Crença que a má sorte pode ser repassada de uma pessoa para outra.

² Crença na existência de doenças causadas por entidades sobrenaturais.

As mulheres negras rurais de Umarizal ultrapassam a noção de “fragilidade” e “dependência” da figura feminina. Como pares dos homens vão traçando, concomitantemente, com este, não a divisão do trabalho por sexo, ou ainda a prática de funções “leves” ou “pesadas”, mas a alternância e as trocas múltiplas de papéis. Homens e mulheres partilham, pelo que parece, na luta, que tem sido para eles, o ato de sobreviver, força, saberes e experiências mútuas. (PINTO, 2004:146).

A partir dessas reflexões, nota-se que as mulheres do campo vêm rompendo com a imagem de “mulher do lar”, quebrando antigos paradigmas e participando de atividades antes consideradas exclusivamente masculinas, principalmente na esfera da economia. Porém, deve-se alertar que esse progresso da mulher acontece em uma pequena parcela das comunidades rurais na Amazônia. A maioria ainda vê a mulher como simplesmente dona de casa e ajudante no manuseio da roça.

1.2 – Cultura e identidade

A identidade de um indivíduo é marcada pela diferença, pela identificação ou não com algo, classificando ou encaixando o indivíduo em determinada categoria social. O indivíduo não vive isoladamente, e é a partir dessa concepção que surge a dicotomia em relação ao objeto da identidade, se ele é de cunho social ou individual.

Habermas citado por Goffman (1988) relaciona a identidade do “eu” com a identidade de “papel”, e em função dessa integração através da igualdade com os outros e da diferença em relação aos outros, inter-relaciona as instâncias individual e social, empregando-se, assim, a identidade social.

A identificação social é algo que se dá de forma explícita, pois as simbologias utilizadas para fazê-lo são visíveis, como o lugar que se frequenta, o comportamento que se tem, bem como as atitudes tomadas e as vestimentas usadas, categorizando os indivíduos socialmente. Mas é claro que estas primeiras informações repassadas visualmente não podem ser afirmadas sem que tenhamos maiores comprovações da sua veracidade.

Para essa situação de dúvida, Goffman (1988) chama de “identidade social virtual”, que se estabelece normalmente na primeira impressão que se tem de alguém. Mas, quando, após certa convivência, identifica-se uma situação efetiva, como a profissão da pessoa e o que ela gosta de fazer, assim pode-se identificá-la socialmente, e para esse tipo Goffman (1988) chama de “identidade social real”.

Essas duas concepções são, na verdade, estigmas, onde se utiliza somente estereótipos para classificar as pessoas. A verdadeira identidade está além dessa superficialidade, está mais relacionada com o indivíduo e sua interação social, sendo identificado através do conhecimento mais aprofundado desse indivíduo através da interação entre ambos: o identificador e o identificado.

A identidade não é inata, ela é aos poucos construída com base nas experiências de vida, na socialização com o meio. Sendo assim, a construção da identidade não se dá de forma isolada ou única, há na verdade um processo de construção de significados com base na cultura ao seu redor. Constrói-se uma multiplicidade de identidades, mas tudo em função do eu, do individual para o social. Primeiro o ator social internaliza para depois formar significados valorativos.

As louceiras do Maruanum constituem um grupo que possui uma identidade própria, a qual é representada pelas peças de artesanato, definindo não só a identificação das mulheres louceiras, mas também da comunidade do Maruanum. A identificação dessa localidade, hoje, é definida pelas louceiras. Quando se fala em Maruanum, logo se relaciona às louceiras do Maruanum ou vice-versa.

A identidade do homem está diretamente relacionada com sua cultura. Assim, a cultura tem uma importância singular nos estudos antropológicos. Em seu livro *Conformismo e resistência*, Marilena Chaui nos indica a origem do termo e do significado da palavra cultura:

Vinda do verbo latino colere, Cultura era o cultivo e o cuidado com as plantas, os animais e tudo que se relacionava com a terra; donde,

agricultura. Por extensão, era usada para referir-se ao cuidado com as crianças e sua educação, para o desenvolvimento de suas qualidades e faculdades naturais; donde, pueri-cultura. O vocábulo estendia-se, ainda, ao cuidado com os deuses; donde, culto. A cultura, escreve Hanna Arendt, era o cuidado com a terra para torná-la habitável e agradável aos homens, era também o cuidado com os deuses, os ancestrais e seus monumentos, ligando-se à memória e, por ser o cuidado com a educação, referia-se ao cultivo do espírito. Em latim, cultura animi era o espírito cultivado para a verdade e a beleza, inseparáveis da Natureza e do Sagrado (CHAUI, 1987:11).

A cultura desenvolveu-se simultaneamente com o próprio equipamento biológico humano e é, por isso mesmo, compreendida como uma das características da espécie, ao lado do bipedismo e de um adequado volume cerebral. Por suas especificidades, apenas o homem é um ser que tem cultura. Uma vez que parte da estrutura humana, a cultura define a vida de acordo com um sistema simbólico definido. Embora nenhum indivíduo conheça totalmente o seu sistema cultural, é necessário ter um conhecimento mínimo para operar dentro do mesmo. Conhecimento mínimo este que deve ser compartilhado por todos os componentes da sociedade de forma a permitir a convivência destes.

Segundo Laraia (2003), em busca do entendimento do que seria cultura, foram significativas as contribuições de John Looke, o qual afirmou que a mente humana não era apenas uma caixa vazia no nascimento, dotada apenas de capacidade de obtenção de conhecimentos; de Jacques Turgot, que defendeu a idéia de que o homem é capaz de assegurar a retenção de suas idéias eruditas, comunicá-las a outros homens e transmiti-las para seus descendentes.

Jean-Jacques Rousseau, que acreditava na educação como acúmulo de conhecimentos, e Tylor, que definiu cultura como sendo todo comportamento aprendido, o qual independe de uma transmissão genética. Já o conceito de cultura defendido por Geertz (1978) é essencialmente semiótico. Ele acredita que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele próprio teceu. Essas teias, para ele, são a cultura.

As louceiras do Maruanum são identificadas por outras pessoas pelo seu modo de vida. O artesanato das louceiras é o principal representante da cultura local. Os traços culturais da comunidade do Maruanum podem ser visualizados

através dos valores e normas que são mantidos até hoje pelos moradores, como o respeito aos mais velhos e a confiança no próximo.

A religiosidade no Maruanum é também um aspecto relevante, visto que anualmente são comemoradas festas religiosas dedicadas aos Santos Padroeiros das comunidades. Ressalta-se, também, o Marabaixo como aspecto religioso, dançado principalmente pelas mulheres mais velhas da comunidade.

As superstições também fazem parte do imaginário do povo do Maruanum, acreditando em “malinezas” e “panemas”. A relação de dependência com a terra no que tange a moradia e a sustentabilidade é outro fator preponderante no reconhecimento da cultura do Maruanum.

O homem se torna aquilo que o meio social o ensina. Ele acumula no decorrer de sua vida e da vivência das gerações que o antecederam conhecimentos e experiências que, a partir de um envolvimento com os demais, o torna aquilo que é. É nesse sentido que a antropologia nos ensina que o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado que os antropólogos chamam de endoculturação. Este é o processo de aprendizagem e educação de uma determinada cultura desde o nascimento até a idade adulta. Trata-se de uma assimilação dos valores e experiências de onde se está inserido, como ocorre no Maruanum, onde as crenças e costumes são reproduzidos na comunidade.

1.3 - Uma comunidade remanescente de quilombo

(...) os negros escravizados procuraram sempre que puderam resistir à opressão a eles imposta, no interior dos complexos mundos da escravidão. Buscavam nas diversas formas de enfrentamento, nas quais incluíam agenciamentos e percepções políticas com significados próprios, conquistarem aquilo que concebiam como liberdade. (GOMES, 1996:41).

Gomes (2005) afirma que as autoridades coloniais de diversas regiões escravistas das Américas sempre tentaram destruir as comunidades formadas por fugitivos escravos, chegando ao ponto de comparar os quilombos com a mitologia

grega “Hidra”, referenciando o grande poder de resistência por parte dos escravos.

No Brasil não foi diferente, pois escravos e libertos estavam atentos à conjuntura internacional à sua volta, causando uma proliferação de comunidades de fugitivos, especialmente em Palmares e nas Minas Gerais. Em se tratando de Amazônia colonial, as questões geopolíticas foram os motivos pelos quais “as capitanias do Grão-Pará e Rio Negro divisavam com territórios coloniais sob domínio espanhol, inglês, holandês e francês” (GOMES, 1996:46).

Segundo Queiroz e Gomes (2002) a ocupação de uma imensa área oriental da Amazônia, denominada como Terra do Cabo Norte, durante o período colonial e pós-colonial foi marcada por intensos conflitos por espaços territoriais envolvendo diversas nacionalidades, assim como, forte resistência por parte das micro-sociedades, as quais eram formadas por índios, comunidades de escravos fugidos negros e soldados desertados.

Nesse contexto, para impedir que os negros fugidos se protegessem através das fronteiras, em 1732 Portugal e Espanha assinaram um tratado internacional, acordando sobre a devolução de negros fugidos. Entretanto, mesmo ocorrendo em várias ocasiões trocas recíprocas de escravos fugidos, havia desconfiança mútua entre os países.

Percebendo essa relação conflituosa entre portugueses e espanhóis, não só escravos como também índios fizeram da região de Macapá, na Capitania do Grão-Pará que se limitava com a Guiana Francesa, o cenário principal de uma constante movimentação de fugas de escravos e formação de quilombos. Principalmente, segundo Gomes (1996), na época chamada “Era Pombalina”, entre 1751 e 1759, período em que aumentou a entrada de escravos oriundos da África nessa região, somente nas proximidades de Macapá estimava-se existir cerca de 750 escravos africanos.

A Construção da Fortaleza de São José de Macapá entre 1764 a 1782 foi um marco histórico não apenas por causa do legado deixado pelos antepassados, mas também pelo fato de que grande parte dos escravos que fugiam para esta região eram trabalhadores vindos desta fortificação militar. Nessa conjuntura, a

Amazônia e mais precisamente o Amapá configuram um universo de legado sócio-cultural decorrente da chegada e instalação da população negra nessa região.

A região que hoje se denomina Maruanum recebeu um razoável contingente de negros, os quais se instalaram na região e permanecem até hoje. A comunidade reivindica junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o reconhecimento da mesma como comunidade quilombola. Nesse debate entram em pauta as possíveis vantagens e desvantagens desse reconhecimento. Principalmente em relação à posse das terras.

A terra é um meio de sobrevivência e de reprodução de vida. Desta maneira, a territorialidade é o elemento de construção da identidade territorial quilombola (MALCHER, 2010). As formas de acesso à terra, numa estreita relação do grupo com a mesma, aponta para a existência da terra como território, visto que ao longo do tempo o grupo assegura um sentimento de pertencimento ao lugar. A posse coletiva da terra é uma forma de garantir a existência do grupo e fortalecer as atividades econômicas, sociais e políticas.

2 – ASPECTOS HISTÓRICOS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO DISTRITO DO MARUANUM

2.1 - Contexto histórico do Maruanum

Maruanum é um distrito pertencente ao município de Macapá. Está localizado a 54 Km da capital Macapá, sendo que a sede do distrito fica localizada em Carmo do Maruanum. Nossa pesquisa se restringe a duas destas comunidades: Carmo do Maruanum e Santa Luzia do Maruanum, locais onde residem maior quantidade de louceiras, que são nosso objeto de estudo.

Não existem documentos que registrem a data em que chegaram as primeiras famílias na região. Mas sabe-se, através de relatos de moradores da própria comunidade, que as vilas formaram-se, em sua maioria, às margens do rio Maruanum, por populações negras que colonizaram o território amazônico a partir da política colonial portuguesa de ocupação da região.

A partir da chegada dessas primeiras famílias é que surge a primeira vila, chamada de Vila da Conceição. Posteriormente surgiram as demais localidades, que somam ao todo 25 comunidades: Santa Luzia, São José, São Pedro, Santa Maria (Maruanum II), Fátima, São João, Bacaba, Torrão do Maruanum, São Raimundo, Pirativa, Carmo do Maruanum, Conceição, Mangueiro, Simeão, São Sebastião do Pirativa, Maçaranduba, São Jorge, Ariri, São Pedro dos Bois, Tessalônica, Campina Grande, Torrão do Matapi, Areial, Igarapé das Armas.

As vilas em sua maioria recebem nomes de santos em função da religiosidade presente nas comunidades. Segundo o Agente Distrital – falaremos mais adiante - estima-se que o Distrito possui aproximadamente cinco mil habitantes, divididos nas 25 comunidades pertencentes ao Distrito do Maruanum.

Os moradores do Maruanum consideram-se descendentes de quilombo. Porém, não são reconhecidos oficialmente. Já houve discussões na comunidade a respeito da transformação do Distrito do Maruanum em comunidade quilombola,

mas ainda não chegaram a um consenso, visto que há divergências entre as comunidades do Maruanum com relação a esse reconhecimento. Santa Luzia, por exemplo, se põe favorável ao reconhecimento e Carmo do Maruanum contrário.

2.2 – A origem do nome Maruanum

O nome Maruanum tem origem em relatos contados por habitantes mais antigos das comunidades. Como os moradores não chegaram a um consenso, podemos defini-los como Mitos de origem. Mito é uma narrativa sobre a origem de algo. Ele surge a partir da necessidade de explicação sobre os primórdios e a forma das coisas, suas funções e finalidade, os poderes do divino sobre a natureza e os homens.

“[...] o mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada em perspectivas múltiplas e complementares, o mito conta uma história sagrada, relata um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, o tempo fabuloso dos começos...o mito conta graças aos feitos dos seres sobrenaturais, uma realidade que passou a existir, quer seja uma realidade tetal, o Cosmos, quer apenas um fragmento, uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, é sempre portanto uma narração de uma criação, descreve-se como uma coisa foi produzida, como começou a existir” (ELIADE citado por FRAGOSO, 2001:01).

O mito representa uma narrativa que envolve a criação, a compreensão e a descrição do mundo e da realidade.

(...) sua maior característica é ser um relato de como o cosmos se constituiu, a natureza se formou, como os deuses apareceram e nasceram, qual a origem do homem, de um povo, de uma cultura, de uma filosofia, da vida e de uma forma ou sistema de conhecimento. (SMAICLOVÁ:03).

Percebe-se, assim, que os mitos explicam uma amplitude de coisas, tais que o homem cientificamente não conseguiu comprovar. Trata-se de um conhecimento empírico, que ao ser repassado às gerações seguintes ganham forma de mito, uma verdade criada por alguém.

Segundo Rêgo citado por Smaiclová (p.03), o sentido do mito “[...] é dar uma visualização da imagem que se tem do mundo, justificada a partir da sua suposta origem. Através das mitologias o homem procura entender o seu lugar no mundo [...]”. O mito ajuda o ser humano a entender o mundo. O homem inventa estórias para criar uma imagem daquilo que não vê e para explicar aquilo que não entende e, portanto, receia. Nascido da imaginação do homem reflete traços da realidade cotidiana, da história e da filosofia e outras esferas culturais.

O mito como narrativa foi primeiramente transmitido pela tradição oral. Logo, imaginamos as histórias contadas de geração em geração ganhando desta forma atributos novos, mas sempre preservando o seu sentido básico. Segundo Smaiclová, o contador é geralmente representado por uma pessoa mais velha, fazendo com que o mito ganhe também um ar de sabedoria e verdade sagrada. Assim, o mito faz parte do folclore.

Para a antropologia, o mito tem um papel fundamental quando analisamos os aspectos culturais de um povo. Através de seus mitos podemos conhecer muito a respeito de um povo. A comunidade do Maruanum, por exemplo, na tentativa de explicar a origem do nome Maruanum são contadas diferentes estórias. Entre os mitos de origem relatados, destacaremos dois:

O primeiro mito foi contado pelo Sr. Matias Pereira Gomes³, líder comunitário, de 71 anos, um dos mais antigos moradores da região. Segundo ele, o nome do rio Maruanum tem origem na história de dois índios, MARU (índio) e ANUM (índia), os quais habitavam a região. Antes, o rio era chamado de Matapizinho, por ser um afluente do rio Matapi. Após a morte do casal de índios, o rio passou a ser chamado de rio Maruanum, que é a junção do nome dos índios, em homenagem a eles. A localidade de Maruanum surgiu às margens do rio Maruanum, por isso recebeu esse nome.

³ Entrevista com Matias Gomes, realizada dia 10/02/2010.

O segundo mito de origem foi relatado por D. Maciana Nonata Dias⁴, ex presidente da ALOMA⁵ – Associação das Louceiras do Maruanum – e moradora antiga da comunidade, a qual contou que a origem do nome Maruanum vem de um pássaro de nome anum:

Os mais velhos diziam que ia passando uma canoa no rio grande, aí apareceu uns anuns e esses anuns entraram para dentro do igarapé e aí começou a história: lá vai um bando de anum, daí ficou a Comunidade do Maruanum por causa do bando de anum que entrou no igarapé.

D. Maciana Nonata Dias, em entrevista, cantou uma música em homenagem à origem do nome Maruanum:

O anum é pássaro preto que se conhece pelo pé. O homem para ser homem tem que amar sete mulher. Sete mulher não é nada pra quem sabe trabalhar. Tem roupa para vestir e dinheiro para gastar.

Segundo uma justificativa para implementação de um projeto de lei que visava a criação do Distrito do Maruanum, em 2001⁶, é contada outra versão sobre a origem do Maruanum e de seu nome, a qual diz que:

(...) O núcleo populacional do Maruanum é fruto da tentativa dos missionários da Província de Santo Antônio em evitar a completa eliminação dos índios Maruá, que viviam sendo perseguidos por aprisionadores de índios nas terras do atual Estado do Amazonas. Os Maruá habitavam às margens da bacia do rio Juruá, por onde navegavam “mercadores de índios”, respaldados por funcionários, comerciantes e produtos agrícolas do Estado do Pará. Uma vez aprisionados, os índios eram obrigados a trabalhar de maneira servil. A ação dos missionários evitou o fim de várias tribos, algumas delas transferidas para rios da região que hoje compreende o Estado do Amapá, onde a presença militar do governo era mais presente. Ao núcleo inicial dos Maruá, em terras do Amapá, juntaram-se escravos alforriados pelos lusitanos que ali se estabeleceram. Aliás, a própria Igreja Católica também utilizava o trabalho negro africano em suas culturas agrícolas. Da miscigenação dos índios com os negros, foi surgindo uma geração com predominância desses últimos. O vocábulo Maruá era estendido pelo elemento branco colonizador como Maruan. Com o passar do tempo a referência do povo negro do lugar ganhou um

⁴ Entrevista com Maciana Dias, realizada dia 02/03/2010.

⁵ Abordaremos mais adiante.

⁶ A justificativa encontra-se anexada ao Projeto de lei complementar nº 002/2001-CMM.

outro vocábulo: um, que significa negro. Assim, quando alguém queria se referir aos elementos miscigenados, usava a expressão Maruanum, ou seja, o Maruanum preto ou negro. Protegidos pelos missionários, os moradores aceitaram passivamente a devoção aos santos católicos, sem desprezar o gosto pelas festas e cantorias, adotando santos católicos como padroeiros das comunidades.

Afinal, não se pode definir a verdadeira origem do nome Maruanum pelo fato de serem mitos e os mesmos não podem ser dados como verdade. Mas as comunidades em sua maioria acreditam ter sido de origem indígena, sem descartar a possibilidade da existência de outras versões como verídicas.

2.3 - A criação do Distrito do Maruanum

Atendendo a uma antiga reivindicação dos moradores do Maruanum e considerando o resultado de uma consulta plebiscitária⁷, a quase totalidade dos eleitores consultados se manifestaram favoráveis à criação do distrito. Assim, o Maruanum foi elevado à categoria de distrito de Macapá no ano de 2003, através de um Projeto de lei⁸.

Conforme o projeto de lei acima, os limites do Distrito de Maruanum são os seguintes: ponto inicial ao sul, a confluência do rio Maruanum com o rio Matapi, seguindo ao norte até a nascente do rio Maruanum, ao leste, limitando-se com o município de Santana, até ao ponto inicial.

2.4 – Perfil dos moradores de Carmo do Maruanum e Santa Luzia do Maruanum

⁷ Realizada através do Decreto Legislativo nº001/2001, de 22 de junho de 2001.

⁸ Projeto de lei nº031/2003, aprovado pela Câmara Municipal de Macapá, em 10 de abril de 2003 e sancionado pelo prefeito vigente, João Henrique Rodrigues Pimentel, através do Projeto de Lei nº004/2003, em 19 de agosto de 2003.

As famílias são formadas, em média, por sete pessoas em cada casa. Normalmente a estrutura familiar das comunidades compõe-se por pai, mãe, filhos e netos. Nota-se que a maioria dos moradores das comunidades em questão possui grau de parentesco. Todos se conhecem. É comum quando alguém chega pedindo a bênção do mais velho, o qual possivelmente é um parente ou um ancião qualquer da comunidade, por respeito.

O principal lazer dos jovens das comunidades é a prática esportiva como o jogo de futebol, inclusive o das meninas. Quanto aos demais moradores, é muito comum vê-los reunidos com a família assistindo televisão ou conversando no pátio de suas residências com amigos e/ou parentes.

Geralmente os jovens começam a trabalhar muito cedo nas roças de seus pais e/ou parentes. Normalmente eles se casam ainda jovens, e é comum continuarem morando na casa dos pais. A responsabilidade familiar é um dos principais motivos que levam os jovens recém casados a interromperem precocemente os seus estudos, visto que há necessidade de buscar o sustento e cuidar dos filhos.

O casamento entre primos é muito freqüente e esse é um dos motivos pelos quais se perpetuam as famílias mais numerosas, que é o caso da família Lemos, Mendes e Silva, consideradas famílias tradicionais no Maruanum. Os moradores do Maruanum demonstram grande satisfação em morar no Distrito. Falam que não tem vontade de sair de lá e que vão à Macapá só quando necessário, mas logo retornam para suas casas, onde dizem viver muito felizes.

A mulher no Maruanum

As mulheres, dentro do Maruanum, têm a função principal de cuidar da casa e da educação dos filhos, assumindo o papel de esposa e mãe. Suas atividades na roça são vistas apenas como complemento, apesar de serem essenciais para a produção.

Os homens vão para roça todos os dias, assim como as mulheres, as quais só deixam de ir para o roçado quando não tem quem fique em casa fazendo os serviços domésticos e cuidando das crianças, que no caso, é realizado pelas filhas, depois de grandes. Porém, deve-se esclarecer que as tarefas são divididas entre mãe e filhas, pois antes de sair para o roçado, as mães já adiantam alguns afazeres.

As meninas, quando vão ganhando mais idade, aos poucos são ensinadas a cuidar da casa e das crianças menores, sendo muito úteis para as matriarcas, pois estas podem se dedicar a outros afazeres, como a agricultura e a confecção de louças de barro, no caso das louceiras.

Os meninos, por outro lado, não são ensinados a realizar tarefas domésticas. Desde crianças são levados com o pai ou irmãos mais velhos para a agricultura e para pesca. Cedo aprendem a pescar e realizar tarefas leves no roçado. É neste momento que se identifica a reprodução da relação de gênero, onde meninos e meninas, homens e mulheres tem papéis bem definidos dentro de casa e na comunidade.

O dia numa família do Maruanum começa bem cedo. Cerca de 5 horas a matriarca da família deve acordar para fazer café para a família. O chefe da família levanta-se em seguida e depois do café vai trabalhar na roça – deve-se ir cedo para assim terminar mais rápido, evitando maior exposição ao sol. Depois que acordam, principalmente pela manhã, as mulheres não param.

Quando as mulheres chegam da roça, estão fatigadas, considerando que já trabalharam dentro e fora de casa. Elas são as primeiras que acordam e as últimas que dormem. Os serviços domésticos são tão desgastantes que há mulheres que preferem o serviço na agricultura do que os serviços de casa.

Uma mulher de Itapuá (estado do Pará), em virtude do cansaço causado pelo trabalho em casa, argumentou: “Eu digo mesmo, eu quero capiná uma roça cerrada, e eu não quero a lida duma casa, eu pra mim é; porque o serviço de casa a senhora sabe, é vai pracá, prali, pracolá, uma loucura, serviço de doido, não aparece, não é? [...]” (MOTTA-MAUÉS, 1994: 229). Motta-Maués (1994) relata que a participação da mulher na agricultura amplia seu campo de ação para

além dos limites acanhados de sua casa, mas de colaboradora do homem na tarefa básica da produção de alimentos.

A ampliação do campo de atuação citado por Motta-Maués através da agricultura pode ganhar mais dimensão através da ALOMA – Associação das Louceiras do Maruanum. Quando algumas mulheres se propuseram a se reunir em associação, num empreendimento de confecção de louças de barro, sua posição dentro da comunidade muda: de esposa e mãe elas passam a ser trabalhadoras, contribuindo com as despesas da casa. Desta maneira, essas mulheres saem da invisibilidade para uma posição de destaque. O grupo de mulheres negras que era visto apenas como “donas-de-casa”, adquire prestígio através de seu trabalho.

Infra-estrutura

A principal vila da região é o Carmo do Maruanum, localizada às margens do Rio Maruanum, onde concentra o maior número de habitantes, além de ser considerada a vila mais bem estruturada do Maruanum. Com relação às repartições públicas, a mesma possui um posto de saúde, um posto do Rurap, duas escolas públicas, sendo uma municipal e uma estadual, um posto da CAESA, um posto da CEA (o qual se encontra desativado) e um posto policial.

Santa Luzia do Maruanum, que dista uma média de 30 minutos a pé de Carmo do Maruanum possui uma população pequena. Essa localidade dispõe de uma sede comunitária - onde ocorrem as festas da comunidade, o desenvolvimento de projetos sociais, as reuniões gerais dos moradores, bem como outras atividades afins - e uma Igreja Católica. A comunidade localiza-se também às margens do Rio Maruanum, sendo que o acesso à mesma se dá através do rio e via estrada de chão.

O deslocamento Macapá-Maruanum ou vice-versa é feito através de transporte particular ou coletivo e o mesmo é bastante prejudicado devido às péssimas condições da estrada. Atualmente o trajeto é realizado três vezes por

semana, mais precisamente às segundas, quartas e sextas-feiras, com saídas da Praça Nossa Senhora de Fátima no bairro Santa Rita, com viagem de duração de duas horas em média e passagem ao custo de R\$ 10,00 reais.

Entre as principais necessidades infra-estruturais da comunidade, o agente distrital em exercício, o Sr. José Costa de Oliveira, destacou as péssimas condições dos ramais de acesso às comunidades pertencentes ao Distrito, causando sérias dificuldades no que tange o escoamento da produção e dificultando o acesso das crianças à escola.

Outra prioridade levantada pelo Agente é a limpeza do rio Maruanum e seus afluentes de onde é retirado grande parte do sustento das famílias locais, pois “esse rio é o pai dessa comunidade”. Relatou ainda que os primeiros habitantes chegaram a esta região através deste rio. E até a construção da estrada Macapá-Jarí, o único meio de transporte era o fluvial.

Economia

O modo de subsistência das comunidades é o cultivo da roça, com a plantação de mandioca para produção de farinha, tapioca, tucupi e outras plantações pequenas como abacaxi, cana-de-açúcar, maracujá, entre outros. Além desses, existem outros meios de subsistência, como a pesca, caça e a pecuária.

O plantio e colheita da roça acontecem de forma periódica. No mês de junho ocorre a derrubada da mata. Entre os meses de junho e outubro a área derrubada passa por um período de secagem. Em meados de outubro e início de novembro é efetuada a queima no local e após a queima ocorre o plantio. O período de colheita varia entre oito meses e um ano e seis meses. Além disso, são reutilizadas outras áreas, as quais são chamadas de “capoeira” – local onde foi plantado anteriormente sem necessidade de fazer outros desmatamentos – para cultivar novas plantações.

Como as localidades não dispõem de comércio e serviços desenvolvidos, como lojas, restaurantes, pousadas, entre outros, considerando serem localidades pequenas, o setor terciário é ínfimo, absolvendo como funcionários públicos uma pequena parcela dos moradores. A grande maioria das famílias trabalha no setor primário, na comercialização de produtos agrícolas. Além desses produtos serem comercializados na própria comunidade há o escoamento da produção duas vezes por mês nas feiras de Macapá, nos bairros do Jardim, Pacoval e Buritizal.

No que tange os programas sociais, a maioria da população recebe assistência do governo federal e estadual, como a Bolsa Família (federal) e a Renda para viver melhor (estadual). Os benefícios são pagos em Macapá, um dos motivos pelos quais os beneficiários se deslocam mensalmente para a capital.

Saúde

O posto de saúde municipal recém construído localiza-se em Carmo do Maruanum e apresenta um pequeno quadro de funcionários. Ele funciona das 07 às 18 horas para consultas, vacinas e outros atendimentos, e à noite, feriados e fins de semana é escalada uma equipe que fica de sobreaviso para atender somente casos de emergência.

O mesmo não dispõe de laboratório, sendo que os únicos exames que são feitos na comunidade é o de Malária e o PCCU. O posto também não dispõe de enfermarias para internação, só permite que o paciente fique em observação por poucas horas. Quando a internação se faz necessária, o paciente é encaminhado para o Pronto Socorro de Macapá. Em relação às parteiras, grande número das mulheres mais antigas das comunidades sabe fazer parto, fato comum em vários núcleos populacionais amazônicos.

Na verdade, essa legitimidade social do ofício de partejar encontra-se no seio popular das áreas rurais e ribeirinhas e assim elas se identificam culturalmente, compartilham de experiências e processam relações sociais vivas, duradouras e efetivas. São mulheres domésticas,

pescadoras, agricultoras, idosas e pobres, porém portadoras de um saber popular bem peculiar nos tempos modernos (BARROSO, 2009:10).

Mas, atualmente, os partos das mulheres residentes nas comunidades do Maruanum são feitos no hospital de Macapá – Hospital Mãe Luzia. Sobre esse cenário de mudança entre a prática dos partos tradicionais, realizados por parteiras, para a inclusão dos partos realizados por especialistas, Barroso (2009) afirma que:

A retirada das parteiras do cenário público brasileiro aconteceu de forma progressiva, em nome da prática médica que se origina no discurso higienista. Esse discurso modernizador e positivista tem importância na constituição de um contexto de idéias sobre o corpo da mulher. Assim, as práticas das parteiras vão sendo substituídas, o parto se institucionaliza e o saber médico é legitimado em detrimento do saber da parteira, que se tornou nos centros urbanos, práticas do passado. (BARROSO, 2009:05).

Em casos de enfermidades, os moradores costumam fazer uso primeiramente de remédios caseiros, o que é comum nessas comunidades tradicionais. Caso não alcance a cura com o uso destes, procuram o hospital para se tratarem com remédios industrializados.

A comunidade não tem reclamações do atendimento no posto de saúde. “As consultas que não podem ser marcadas no posto local são agendadas no posto de Macapá, facilitando para os pacientes, pois não precisam enfrentar filas pela madrugada para tentar uma vaga com um especialista”, diz D. Edigleuma Chagas de Almeida⁹ - moradora da comunidade.

Educação

⁹ Entrevista com Edigleuma de Almeida, realizada dia 05/06/2010.

Os mais velhos das comunidades em questão, na sua grande maioria, não estudaram ou fizeram apenas o primário. Já nas novas gerações, o interesse pelos estudos é bem maior, visto que os índices de conclusão do nível médio aumentaram muito. Essa realidade só melhorou há cerca de três anos, quando se instaurou o ensino médio na comunidade do Carmo do Maruanum, pois antes, quem tinha interesse pelos estudos, deveria vir para Macapá, acarretando, por vezes, na interrupção de seus estudos pela dificuldade em se estabelecer em outro local.

Praticamente todas as famílias possuem membros que foram morar em Macapá para estudar e/ou trabalhar. Uma pequena parcela dessas pessoas retorna para o Maruanum, mas a maioria a passeio, para visitar amigos e parentes. Quanto à escola, a única reclamação é com relação à educação por Módulo, pois eles dizem que os alunos saem prejudicados, posto que o conteúdo é visto de forma acelerada e incompleta. Carmo do Maruanum possui duas escolas, uma estadual e uma municipal, abrangendo uma parcela numerosa da população infanto-juvenil do Distrito do Maruanum.

A escola estadual de nome Raimundo Pereira da Silva foi recém construída e inaugurada em junho de 2006. A estrutura física da escola é ampla e confortável e foi projetada considerando o clima local, apresentando forro alto e telhas de barro, para melhor resfriamento, tendo em vista o clima do Amapá que é predominantemente equatorial quente e úmido.

A referida escola atende à comunidade do Carmo do Maruanum e às demais comunidades adjacentes. O funcionamento da escola dá-se nos turnos da manhã e da tarde, atendendo alunos do ensino fundamental e médio. De 1ª a 4ª série o ensino é regular, já da 5ª à 8ª série e nível médio o ensino é modular.

O Ensino Modular foi introduzido no Amapá na década de 90 e desde lá permanece na maioria dos interiores. Há necessidade de se aplicar este sistema de ensino nestas localidades porque normalmente essas comunidades não têm estrutura física para alojar um número grande de professores, fazendo-se necessário sua adesão. Em Maruanum não é diferente, também adotam o

Sistema Modular, sendo que em cada módulo são ofertadas três disciplinas, com duração de cinquenta e dois dias em média.

Segundo a diretora em exercício há um convênio entre o Governo do Estado e o Governo Federal, onde são disponibilizados catraias e veículos automotores para fazerem o transporte dos alunos, os quais atendem a todas as comunidades que freqüentam a escola. Além da escola em Carmo do Maruanum, existem mais duas escolas estaduais, situadas em Conceição do Maruanum e Santa Maria do Maruanum II, atendendo somente alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Vô Lixandre foi reinaugurada dia 29 de março de 2010. A referida escola atende ao pré-escolar, mais especificamente 2º e 3º períodos, compreendendo crianças de quatro a cinco anos. A escola vem atender a uma antiga reivindicação dos moradores, pois é comum as crianças da comunidade do Carmo do Maruanum ingressarem na 1ª série sem estudar o pré-escolar, ocasionando em uma lacuna na educação desses alunos.

2.5 – Religiosidade em Carmo do Maruanum e Santa Luzia do Maruanum

Nas comunidades de Santa Luzia e Carmo do Maruanum a religião predominante é a católica desde os tempos mais remotos, considerando a questão histórica das comunidades, onde os moradores aceitaram “passivamente” a devoção aos santos católicos, introduzido pelos missionários, como anteriormente explanado. Em seguida tem-se a religião evangélica, que conta com um número razoável de fiéis. Em Carmo do Maruanum tem uma igreja católica e uma evangélica. Já em Santa Luzia há apenas uma igreja católica.

No Maruanum existem cinco festas tradicionais, dedicadas a santos católicos: Festa de Santa Luzia (13 de dezembro) e Festa de São Raimundo (31 de agosto), em Santa Luzia do Maruanum; Festa de Santo Antônio (13 de junho), no Mangueiro; Festa de Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro), no

Torrão do Maruanum e Festa de Nossa Senhora do Carmo (16 de julho), em Carmo do Maruanum. Cada localidade organiza suas festividades e forma suas parcerias.

Considerando que a maioria dos moradores são católicos, essa maioria participa das festas religiosas dos santos e do Marabaixo. No Carmo do Maruanum acontece a Festa Nossa Senhora do Carmo do Maruanum, a qual é realizada durante uma semana no mês de julho, organizada atualmente pela Associação de Moradores do Carmo do Maruanum.

Os moradores acreditam que as tradições devem ser cumpridas em sua totalidade. Assim, os festejos seguem uma ordem, iniciando com o Marabaixo, depois participam da novena no decorrer da semana e no dia seguinte o padre reza a missa em honra a Nossa Senhora do Carmo, onde realizam batizados e casamentos. Após a missa, saem em procissão pelas ruas da comunidade. O encerramento acontece com a festa dançante que tem duração de dois dias, a qual atrai muitos visitantes, superlotando a sede e no entorno dela, deixando a localidade super lotada.

No ano de 2009, em função do falecimento de alguns moradores mais antigos da comunidade, as pessoas que estavam responsáveis pela organização do Marabaixo decidiram por não fazê-lo em respeito aos falecidos. Entretanto, alguns membros da comunidade resolveram realizar apenas a festa profana, desrespeitando a tradição. Ocorre que na ocasião do festejo houve uma briga generalizada, onde a polícia foi acionada para conter os ânimos, culminando com o encerramento da mesma. Foi então que os brincantes se voltaram contra a polícia, incendiando o posto policial e a viatura.

Para D. Maciana este fato foi um castigo da Santa (Nossa Senhora do Carmo): “Só é feito a festa se tiver o Marabaixo, não teve Marabaixo olha o que foi que houve, foi briga até acabar a festa. Eles não notam que foi um castigo que eles levaram”.

Com relação às festividades religiosas de Santa Luzia do Maruanum, são realizadas duas festas católicas tradicionais – acima citadas -, a de Santa Luzia

no dia 13 de dezembro e a Festa de São Raimundo, no dia 31 de agosto, as quais são organizadas pelas próprias famílias locais.

As comemorações em homenagem ao dia de Santa Luzia começam com o Marabaixo no dia 10 de dezembro e estendem-se até o dia 13 de dezembro, quando acontece a missa, momento em que é realizada a procissão e também são realizados os batizados, encerrando com a festa profana.

Para a realização desta festa, a comunidade não espera apenas pelo governo, visto que, ao longo do ano são feitas caixinhas, rifas e coletas entre os moradores com objetivo de arrecadar recursos para assegurar a continuidade desta tradição. Nota-se que a religiosidade é muito forte nessas comunidades. Anualmente eles realizam os festejos em devoção aos santos, atraindo visitantes de diversas localidades, os quais têm essas festas como referência no Maruanum.

2.6 – Representações políticas no Distrito

2.6.1 - O Agente Distrital

O Maruanum dispõe de um agente distrital cuja finalidade é representar a administração municipal no âmbito do distrito do Maruanum, programando, coordenando e fazendo executar todas as diretrizes e políticas do município de Macapá, emanados do Poder Executivo, em articulação com as Secretarias Municipais. Atualmente é o Sr. José Costa de Oliveira que assumiu o cargo, através de nomeação, em janeiro de 2009.

2.6.2 - Liderança comunitária

Em uma análise da comunidade local, constata-se que eles consideram importante a existência de um líder comunitário, pois é esse líder quem discute com a comunidade as necessidades da mesma e parte em busca de benefícios e soluções. Assim, a maior parte dos moradores é associada, porém não participa ativamente das reuniões. Mas, independente de serem sócios assíduos ou não nas reuniões, a comunidade é ciente do processo de escolha da liderança (de dois em dois anos), do dia das reuniões, e da possibilidade de se candidatar ao cargo (tem que ser morador há mais de um ano do Maruanum e associado).

2.6.3 – Associação de Jovens Moradores e Produtores Rurais de Santa Luzia do Maruanum – AJOMPROM

A comunidade de Santa Luzia possui uma Associação de Moradores, fundada em 2005 (Associação de Jovens Moradores e Produtores Rurais de Santa Luzia do Maruanum - AJOMPROM) bastante atuante, a qual está à frente do Projeto Bacuri na comunidade, além de, através de uma parceria com o CCADA (Conselho das Comunidades Afro-descendentes do Amapá) estão reivindicando junto ao INCRA o reconhecimento de Santa Luzia como Comunidade Remanescente de Quilombos.

“O que antes era feito através de cronogramas de ações, hoje é feito através de projetos”, diz a presidente em exercício, D. Josilana da Costa¹⁰. O primeiro projeto a ser desenvolvido pela associação foi o Projeto Bacuri - Semeando o futuro da educação quilombola (criado em 2007, tendo como objetivo geral “contribuir para o desenvolvimento sócio cultural das comunidades quilombolas do Amapá, através da educação complementar de crianças e adolescentes de 4 a 14 anos, criando uma referência metodológica para todas as comunidades afro-descendentes do Brasil”).

O novo centro comunitário (sede da Associação) de Santa Luzia foi construído pelo Governo do Estado do Amapá nos moldes que a comunidade

¹⁰ Entrevista com Josilana da Costa, realizada dia 20/03/2010.

almejava como prêmio por Santa Luzia do Maruanum ter saído vitoriosa no primeiro festival de Marabaixo. O surgimento da Associação deu-se através de iniciativa dos próprios moradores, onde, segundo D. Josilana, após o término de uma partida de futebol, à beira de um campo, alguns jovens decidiram montar uma associação. Surgiram alguns candidatos para compor uma diretoria. Passada essa etapa, eles partiram para a regularização da mesma, o que aconteceu após dois anos. Hoje a Associação sem fins lucrativos encontra-se totalmente regularizada.

Outro projeto que a Associação está pleiteando conseguir, em parceria com a Secretaria de Turismo e Cultura, é colocar o Distrito de Maruanum na Rota de Turismo. Incluindo, entre outros nesta rota, o trabalho realizado pelas louceiras do Maruanum. Para isso dona D. Josilana diz ser necessário construir uma mini-pousada e um restaurante em Santa Luzia, sede desta associação e afirma ainda que já existe uma emenda tramitando na Assembléia Legislativa para construir estes espaços (pousada e restaurante) no valor de cinquenta mil reais. A idéia é que o Poder Público entre com a estrutura física e a mão de obra para trabalhar nestes recintos seja local.

A Associação está reivindicando que os limites do Distrito do Maruanum sejam refeitos, pois oficialmente através do mapa, o limite se restringe à margem esquerda do rio Maruanum, ou seja, Conceição, Simeão, Torrão e outros pertencem ao Distrito de Igarapé do Lago, município de Santana. Porém essas comunidades em questão não são assistidas e nem se reconhecem como pertencentes à Santana e sim à Macapá.

Em um documento intitulado “Compreendendo o sentido da história no Maruanum segundo análise dos moradores”, de autoria de D. Josilana, foi escrito um manifesto (em anexo) a respeito dessa delimitação. A Associação de Santa Luzia é a mais atuante do Distrito do Maruanum no que tange ao desenvolvimento de projetos e à formação de parcerias. A Associação se esforça para manter o tradicionalismo e a identidade da comunidade que eles consideram ser de origem quilombola.

2.6.4 – Associação das Louceiras do Maruanum – ALOMA

A Associação das Louceiras do Maruanum (ALOMA) foi fundada em 1993, tendo como pioneiras apenas seis louceiras: Dona Maciana Nonata Dias, D. Raimunda Costa da Silva (Dica), D. Raimunda Ramos (Dika), D. Castorina Silva da Silva, D. Carmosina Pereira da Costa e D. Antônia Pereira da Silva (Antoniázinha). A fundação deu-se em parceria com a Casa do Artesão, a qual ajudou na questão jurídica e na elaboração do projeto de criação da mesma.

A primeira presidente da associação foi D. Maciana. Até o início de 2010 ela ainda presidia a Associação, somando 17 anos. As eleições para presidência ocorrem de quatro em quatro anos, sendo que o mandato de D. Maciana já foi renovado quatro vezes. No mês de maio de 2010 houve a troca de presidente, onde D. Maciana deixou seu posto, sendo assumido pela ex tesoureira da Associação, D. Maria Silva Barbosa.

Atualmente a Associação conta com apenas treze louceiras, residentes em Maruanum, mais precisamente nas localidades de Santa Luzia, Carmo do Maruanum, Torrão do Maruanum e Simeão, sendo a maioria em Santa Luzia. A Associação encontra-se toda regularizada e é cobrada mensalmente uma taxa simbólica para a manutenção da mesma.

3 – O PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS LOUÇAS

A produção das louças pelas mulheres do distrito do Maruanum, em Macapá (AP), é complexa e envolve um longo tempo, cujas atividades são realizadas em etapas, além de um criativo e sofisticado conhecimento. Lançando mão da teoria antropológica na análise e interpretação dos dados coletados em campo, concebemos que todo o processo de produção pode ser definido como um “processo ritual” (TURNER, 1974). Para tanto, buscamos compreender uma categoria clássica da teoria antropológica, qual seja, a noção de ritual.

Os estudos sobre rituais foram fundamentais para o início da formação do pensamento antropológico, tendo como foco dos pesquisadores a investigação dos cerimoniais humanos. Temos em Durkheim e Radcliffe-Brown, citado por Dorneles (2002), a idéia de rito como funcional e priorizando o social sobre o individual. Em Leach, de acordo com Dorneles (2002), o ritual é concebido como um momento especial de comunicação, no qual se percebe, entre outras coisas, o status dos indivíduos.

Por sua vez, Van Gennep citado por Dorneles (2002) coloca o ritual como um delimitador de espaço e tempo sociais. Em sua abordagem geral sobre o assunto, Peirano (2000) diz que o ritual é um momento especial, estereotipado e já recortado pelos nativos. Peirano define da seguinte forma o conceito de ritual:

Rituais, eventos especiais, eventos comunicativos ou eventos críticos, são demarcados em termos etnográficos e sua definição só pode ser relativa - nunca absoluta ou a priori. Para ela, os rituais são instâncias condensadas de representação da experiência social e promotores da sua dinamização. (PEIRANO citado por DORNELLES, 2002:1-2).

Partindo desta idéia, podemos afirmar que o processo utilizado pelas mulheres do Maruanum na confecção das louças em cerâmica se assemelha ao “modelo ritual” proposto por Peirano citado por Dornelles (2002) e pelos autores clássicos da antropologia. Se em um primeiro momento são os nativos que

reconhecem suas práticas como rituais, podemos dizer que essa identificação é feita pelas próprias louceiras que definem a confecção das louças através de um sistema complexo, realizado em várias etapas, o qual pode ser concebido como um ritual, em razão de diversos fatores.

Primeiro, por ser recortado pelos próprios nativos, onde a confecção de louças é tratada como uma prática transmitida por várias gerações, colocando em destaque o que a princípio seria comum em sua localidade, mas que aos poucos se transformou em um elemento de destaque e, portanto, especial. Isto resulta em um componente identificador dos moradores desta comunidade rural.

O segundo fator é porque a sua realização acontece em um tempo diferente do normal. Às vezes o espaço de sua realização também é diferente. Segundo Dornelles (2002), a “naturalização” do ritual está nele ser absorvido pelos indivíduos como algo inerente em suas vidas. Mesmo sendo um “momento diferente”, ele é incorporado à vida social e praticado sem uma racionalidade aparente.

Neste sentido, o ritual é o conjunto de ações e símbolos que são acionados pelos agentes da ação. No ritual, as pessoas envolvidas comunicam aspectos da vida social, os quais fornecem sentido à realidade. De acordo com o posicionamento de Peirano (2000), o papel essencial da noção de eficácia foi reconhecido quando Mauss propôs, na teoria da magia, que um poder *sui generis* vinculava o mágico, os ritos e as representações.

A eficácia deriva do caráter performativo do rito em três dimensões: no sentido da filosofia da linguagem de Austin, na qual dizer alguma coisa implica numa determinada ação, ou seja, dizer é fazer; no sentido de uma performance encenada que utiliza variados meios e através dos quais os participantes experimentam o evento intensamente; e finalmente, no sentido da utilização de valores indêxicos pelos atores no contexto ritual. (TAMBIAH citado por SILVA, 2007:184).

Ainda de acordo com essa concepção de ritual, a repetição e a redundância possuem relevância, seja para a qualidade comunicativa do evento, seja para sua própria eficácia (SILVA, 2007). A confecção de peças em cerâmica

envolve um contínuo processo de deslocamento de tempo e espaço. Apresentando um tempo presente - escasso de matéria prima - diferente do passado, quando a matéria-prima (o carepé¹¹, argila e a jutaicica¹²) era facilmente encontrada na região. Além disso, há um deslocamento geográfico quando as louceiras se dirigem para o local de retirada do barro. Neste deslocamento espacial, as mulheres assumem momentaneamente e de forma coletiva uma identidade local, através da qual são conhecidas no Amapá e fora do Estado.

O processo de confecção de louças na comunidade do Maruanum é baseado em saberes culturalmente construídos no seio de uma comunidade tradicional, tendo como um dos pontos de partida os saberes evidenciados pelas louceiras do Maruanum. A forma como ocorre a produção das louças, seguindo uma sistemática, leva-nos a encarar esse processo como o contexto de um processo ritual. Encaramos a produção com essa perspectiva analítica, tendo em vista tratar-se de tempo, espaço, material e ações não rotineiras, ou seja, é um fenômeno social de características especiais até mesmo no âmbito da própria comunidade.

O processo de fabricação das cerâmicas é complexo e, por isso, realizado em duas grandes etapas: 1) a viabilização da matéria-prima; e 2) a confecção da louça. Na primeira etapa, as mulheres colocam em prática um conjunto de ações ritualizadas visando adquirir a “boa matéria-prima”, em outras palavras, o produto adequado (barro) para a confecção das cerâmicas. Além de viabilizar o produto, as mulheres acionam todo um conhecimento na manipulação da matéria-prima de forma a deixá-la em condições de fabricação das louças. Nessa etapa, seguem-se as seguintes ações: a) extração do barro; b) estocagem; c) mistura do barro com o carepé; e d) descanso do barro.

Na segunda etapa, as louceiras fabricam as peças pré-definidas. Esta etapa implica nos seguintes passos: i) formatação do objeto; ii) alisamento; iii) secagem; iv) raspagem; v) polimento; vi) queima e vii) impermeabilização.

¹¹ Matéria prima utilizada na confecção das louças. Veremos mais adiante.

¹² Ibidem.

1 – A produção da matéria-prima

a) Extração da argila

A retirada do barro ou argila, como muitos a conhecem, é uma das etapas mais importantes do processo, principalmente no que tange à qualidade do produto final. Este momento é cercado de crenças e superstições. Além disso, retrata a disciplina que essas mulheres têm para com a exploração sustentável desse recurso natural. Na extração da argila apontamos quatro momentos: seleção do local; o papel da figura masculina; confecção do instrumento; e escavação.

A retirada do barro é realizada entre os meses de setembro a dezembro, época do verão nesta região, e é precedida de alguns cuidados essenciais para obtenção de êxito nesta etapa. Os cuidados iniciam com a escolha do dia para a realização do trabalho. Geralmente é escolhido um dia em que se reúne o maior número possível de louceiras, visto que, segundo relatos de D. Carmosina¹³, para participar da retirada do barro a mulher deve estar “pura”.

D. Irene Souza Barreto¹⁴ confirmou a informação dizendo: “se a mulher não tiver apropriada não meta a mão no barro”, ou seja, para realizar este ritual, a mulher não pode estar no período menstrual e nem manter relações sexuais no dia em que antecede o evento, justificado pelo fato de que, nestas condições, “a Mãe do barro não vai dá o barro”, afirma D. Irene.

Essa purificação da mulher tem por finalidade evitar que uma mulher menstruada transmita para as demais louceiras o que elas chamam de “panema”. Para Motta-Maués (1993:185), “a panema, que a mulher transmite, age então no sentido de perturbar o equilíbrio que deve presidir a relação das pessoas com o mundo natural (...)”. Em se tratando do Maruanum, o desequilíbrio atinge

¹³ Entrevista com Carmosina Pereira, realizada em 19/03/2010.

¹⁴ Entrevista com Irene Barreto, realizada em 20/03/2010.

somente as pessoas, no caso as louceiras, deixando-as impossibilitadas de realizar uma boa colheita.

Em uma análise sobre relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica, Motta-Maués (1993) relata que em Itapuá/Pará, diferentemente do Maruanum, a “panema” transmitida pela mulher prejudica diretamente as atividades dos homens, impossibilitando-os, por exemplo, de realizar uma boa pescaria.

Além disso, a ocorrência da menstruação é regulada pela lua e durante o período menstrual o corpo da mulher “fica quente” e permanece “aberto”, enquanto durar o fluxo. Sendo assim, “(...) a mulher está sujeita a ameaças de ordem natural e sobrenatural, que determinam proibições que ela deve cumprir” (Idem, 1993:113).

Entre as proibições sobrenaturais, a mulher quando menstruada deve evitar atravessar rio ou igarapé e afastar-se de portos e mangais, pois segundo a crença local, as entidades representadas pelos “bichos” ou “encantados-do-fundo”, como as oiaras e o boto, podem causar algum tipo de malefício às mulheres menstruadas de Itapuá.

Após a confirmação de que as mulheres estão apropriadas, os trabalhos de extração da argila iniciam às seis horas da manhã do dia seguinte, hora marcada para o encontro das louceiras, que pode ocorrer na casa de uma delas ou na beira do rio Maruanum. A preocupação com o horário é justificada pelo fato do local da retirada ser geralmente em campo de várzea, sem qualquer árvore por perto, fazendo com que as tarefas iniciem cedo, com o intuito de evitar ao máximo a exposição aos raios solares.

Em mutirão as louceiras saem para o local onde se faz a extração de barro. Cada uma delas carregando o seu material de trabalho, que incluem uma ou duas garrafas pet com água para beber, levam também o remo (se forem de canoa) e o máximo de embalagens possíveis para armazenar o barro extraído. Geralmente são reutilizadas sacolas de 30 kg (que fora utilizada para armazenar farinha) ou baldes de 16 kg (antes usado para armazenar margarina).

O trajeto até o lugar escolhido pode ser feito de duas formas, a primeira é através de canoa a remo ou motor pelo rio. A segunda opção é caminhando cerca de 25 minutos pelas margens do rio Maruanum até chegar ao local em que é feita a travessia do rio. Esse percurso é realizado com bastante descontração por parte das mulheres, as quais, além de demonstrar profundo conhecimento e habilidade para remar e lidar com os obstáculos naturais da floresta, também aproveitam este momento para ratificar sua admiração pelas paisagens naturais do local.

Em grupo elas chegam ao local pré-estabelecido para extração do barro, chamado por elas de “barreiro”. O mesmo está localizado em uma área muito extensa, à margem do rio Maruanum, em uma comunidade chamada Torrão do Maruanum. “Quando agente chega no barreiro, escoo o lugar que nós acha que vai dá o barro, se não der o barro, agente cava outro buraco, até achar o barro”, afirma D. Maria José Silva Chagas de Almeida¹⁵.

Em determinados períodos em que se eleva o nível do rio, o referido local é inundado, deixando o solo bastante fértil em nutrientes. Esta fertilidade da terra propicia aos moradores das proximidades, também utilizar este ambiente para a criação de animais como gados, galinhas, patos entre outros. Neste local residem algumas das mulheres louceiras como a D. Carmosina e D. Castorina.

Seleção do local

O lugar escolhido para retirar a matéria-prima geralmente é aquele onde já houve retiradas bem sucedidas em ocasiões anteriores, entretanto, o buraco a ser cavado não pode se repetir, prática que segundo elas favorece a recomposição deste recurso natural, o qual ainda é encontrado em abundância na região. Esta particularidade vem comprovar a auto-sustentabilidade desta atividade centenária.

¹⁵ Entrevista com Maria José, realizada em 20/03/2010.

“Nós tirava o barro lá no terreno da tia Alexandra, mas depois que ela morreu agente passou a tirar aqui no Torrão e sempre deu barro bom (...) agente não cava no mesmo lugar que agente cavou da outra vez, nós escolhe um lugar que nós acha que vai dá barro bom, até pra não prejudicar a terra que tem que se recuperar” (MARIA JOSÉ¹⁶).

O conhecimento sobre esse saber adquirido pelas louceiras ao longo dos anos é fundamental no momento de analisar o terreno a ser aberto o orifício. Geralmente o ideal é um espaço úmido, próximo de um curso de água. Entretanto, geralmente as opiniões se divergem com relação a esse espaço, pois cada uma das mulheres é convicta de que a sua indicação é a melhor para todas. Até que chegam a um consenso e o melhor argumento utilizado para definir o lugar a ser cavado é acatado por todas as mulheres.

Definido o local, chega o momento de grande importância nesta fase do processo, pois segundo D. Maciana, ex presidente da ALOMA, é hora de pedir ajuda a um ser superior que no imaginário de cada uma delas é a responsável pela doação da matéria-prima que gera parte do sustento de suas famílias, a “Mãe do barro”, também chamada por elas de “vovozinha”, referenciando o respeito pela crença aos seus ancestrais. Esse pedido de ajuda tem o propósito não só de receber a permissão para mexer na terra, mas também de auferir uma boa colheita. “Vovozinha, dá uma boa retirada pra nós?” (MACIANA¹⁷).

Passada esta etapa do ritual é necessário alguns cuidados para iniciar a escavação, pois a técnica utilizada é bastante rudimentar e tradicional já que o tipo de serviço dispensa o uso de ferramentas tecnológicas. Em respeito ao meio ambiente a ferramenta, a qual será utilizada para cavar, é retirada da própria natureza. É neste momento que surge a figura masculina.

O trabalho dos homens

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Entrevista com Maciana Dias, realizada dia 02/03/2010.

A participação dos homens neste processo foi ganhando espaço ao longo do tempo. O que antes era feito somente por mulheres, hoje é dividido com os homens, porém, o papel de cada categoria é bem definido, pois cabem aos homens somente os serviços que exigem um maior esforço físico, como por exemplo, escolher a madeira para extrair a ferramenta da floresta; assim como na perfuração do local de extração do barro; remoção da argila para a parte exterior do buraco; e raramente no transporte do barro extraído até a margem do rio ou até as casas das louceiras. Os demais serviços que necessitam de mais conhecimento são realizados somente pelas mulheres.

Geralmente os homens que trabalham na retirada do barro são parentes das louceiras ou homens conhecidos que residem nas proximidades, os quais, naquele momento, por estarem sem qualquer atividade, são convidados a trabalhar em troca de uma remuneração em dinheiro, cujo valor custa em média R\$ 10,00 por pessoa.

Para a escavação são necessários um ou dois homens. Os mesmos deslocam-se até a mata mais próxima e retiram o instrumento para cavar, o qual é chamado por eles de “ferro”. Este utensílio é retirado de uma árvore conhecida por “Cachingumbera”, da qual são cortadas as extremidades, restando apenas a parte que será utilizada, que é o caule. Posteriormente em um dos lados é afinada a ponta com um terçado e com aproximadamente 02 (dois) metros de altura, o instrumento está pronto para ser utilizado.

Escavação

Passada a fase preliminar, por volta das 07h30min os homens começam a cavar. A escavação é dividida em duas partes: a primeira dá-se através dos homens cavando com a ferramenta artesanal, onde é retirada uma camada de terra preta. Terra preta, também conhecida pelas louceiras como “capa preta” é a primeira camada do solo. A mesma é rica em nutrientes e possui um elevado

índice de umidade, o que proporciona aos moradores utilizá-la como adubo natural.

Em um segundo momento, após o buraco estar com bastante terra solta, os homens param para descansar e as mulheres entram no buraco para retirar a terra com as mãos, e assim sucessivamente. A primeira camada do solo é superada após uma hora de escavação.

A segunda camada de terra, a qual as louceiras chamam de “Tabatinga”, é uma camada que está localizada entre a primeira camada (terra preta) e a camada que será retirada a matéria-prima. Segundo as louceiras, a mesma apresenta uma cor amarelada porque é um barro misturado, sinal de que a terra preta está terminando e a argila está próxima. “Tá chegando nosso barro!” (CARMOSINA¹⁸).

Neste momento o cansaço causado pelo esforço físico é superado por uma forte expectativa de um bom resultado na extração do barro. O ambiente é bastante descontraído, pois o tempo é dividido entre o trabalho árduo e as brincadeiras costumeiras.

Analisando a profundidade do buraco e sentindo que o momento está chegando, a cada montante de barro extraído as louceiras retiram uma amostra para passar de mão em mão entre elas, com objetivo de avaliar a qualidade do barro. Para essa qualificação são levados em consideração dois itens principais: a cor e a consistência. A cor do barro é o fator determinante na tonalidade das louças, o que influencia diretamente na aparência das peças. Os mais cobiçados são os barros de cor branca ou amarela.

A consistência é medida através do manuseio do barro. Esse contato é feito com as mãos, onde as louceiras, utilizando-se de um conhecimento tradicional, avaliam por meio da sensibilidade do tato: quando o barro é do tipo que se desfaz facilmente ou é do tipo que gruda. Para elas o bom é aquele que “dá liga”. Essa liga é encontrada no barro mais aderente, o qual apresenta no ato

¹⁸ Entrevista com Carmosina Pereira, realizada em 19/03/2010.

da manipulação uma aparente elasticidade, cuja característica é fundamental para um barro a ser modelado.

A retirada das camadas de barro pode ser realizada por pessoas do sexo masculino ou feminino, e até mesmo por aquelas que não têm conhecimento sobre essa prática. Entretanto, somente as louceiras sabem identificar qual barro poderá ser utilizado. A capacidade com que as louceiras conseguem classificar e distinguir a argila considerada pura das demais está baseado na experiência acumulada pela atividade empírica no manejo do barro.

Por volta de três horas ininterruptas de escavação e com o buraco no formato de um poço amazonas, medindo aproximadamente 1.50m de diâmetro por 1.80m de profundidade começam a surgir os primeiros indícios do barro puro. Considerado ideal para a confecção das peças.

A partir desse instante todos os olhares estão voltados para o interior do buraco. Uma das louceiras ou outro participante adentra o orifício e com bastante habilidade seleciona o barro em forma de círculo e arremessa para as outras mulheres que estão no entorno. Não existe um critério pré-estabelecido para definir como será dividido o barro. No entanto a cada montante retirado, a louceira que o recebe será a provável dona do produto.

Seguindo uma sistematização lógica delas, objetivando evitar as impurezas, a argila é colocada em cima de um plástico para não entrar em contato com outros materiais sólidos. Dado que há pouco interesse, por parte das louceiras, em adquirir aquele barro que vem um pouco misturado.

Por outro lado, todas almejam pegar as melhores porções de barro, ou seja, de primeira qualidade, pois a cor da louça pronta para ser comercializada é determinada principalmente pela cor do barro utilizado. Motivo pelo qual aumenta o interesse pelo barro de coloração branca ou amarela, pois as peças nessas cores são as mais compradas pelos clientes.

À medida que as louceiras retiram o barro, elas vão armazenando-o nas sacolas plásticas e nos baldes. A quantidade de barro a ser estocado é determinada pelo número de embalagens que as louceiras possuem. Cada uma

delas transporta para suas casas uma média de 50 kg de barro por retirada, divididos em aproximadamente quinze volumes.

Terminada a retirada, as louceiras confeccionam pequenas peças de barro para oferecerem à “Mãe do barro” como agradecimento pela boa colheita. Depois de pronta, elas colocam as loucinhas dentro do buraco. “Olha vovozinha, essa xícara é pra senhora tomar o seu café”. (MARIA JOSÉ¹⁹). “Vovozinha, este alguidar é pra senhora amassar a sua bacaba”. (IRENE²⁰).

Depois de fazer os agradecimentos as louceiras devolvem as terras que foram retiradas para o buraco, tapando-o. Esse processo também é muito exaustivo, visto que a terra que está ao redor do buraco já se encontra compactada - pois elas pisam em cima dela - e pela demora do processo. Mas, mesmo cansadas, elas recolhem toda a terra em volta com as próprias mãos, para assim finalizar esse processo de retirada do barro.

Após esse momento, elas transportam o barro para suas residências. O transporte do barro é realizado manualmente pelas louceiras e geralmente o levam sobre suas cabeças. As louceiras que moram próximo ao local da retirada carregam o barro até suas casas. Já aquelas que moram do outro lado do rio, como em Santa Luzia e Carmo do Maruanum, carregam o barro até a margem do rio Maruanum. A partir do rio o percurso é realizado através de embarcação, que pode ser uma canoa a remo ou a motor. As louceiras que não possuem embarcação própria pagam o valor de R\$ 10,00 para o transporte particular.

Ao chegarem às suas respectivas comunidades, na beira do rio, é feito o desembarque do barro. Novamente as louceiras carregam a matéria prima até suas casas - local de armazenamento, fazendo várias viagens, até levar todo o produto. Neste momento, encerra-se essa categoria empírica, onde as louceiras já se encontram fatigadas depois de um dia exaustivo de extração de barro. Algumas, entretanto, ainda têm que realizar os serviços domésticos que ficaram acumulados por conta do tempo destinado à retirada do barro.

¹⁹ Entrevista com Maria José, realizada em 20/03/2010.

²⁰ Entrevista com Irene Barreto, realizada em 20/03/2010.

b) Estocagem

Nesta etapa, o barro que foi retirado, o qual vem em grande quantidade, é armazenado nas mesmas embalagens que foram transportadas - sacos plásticos ou baldes. Sendo que os mesmos não podem ter furos para não endurecer o barro com a entrada de ar, mantendo a umidade no interior do recipiente.

O local de estocagem fica sempre próximo do tendal, o qual abastece a produção. A estocagem também é eficiente durante todo o período de chuvas, momento em que não é possível efetuar a retirada, posto que os campos de várzea encontram-se inundados.

c) Mistura com o carepé

Antes de iniciar a confecção das louças, as mulheres pegam uma quantidade de barro, colocam em cima do balcão do tendal ou dentro de uma bacia / balde plástico e adicionam o pó do carepé para dar consistência ao barro, amassando-o até o barro ganhar uma textura mais escura. Após essa mistura, o barro a ser utilizado é novamente estocado. “O carepé é pra louça ficar forte. Pra ela não quebrar fácil. Sem o carepé, o barro se desmancha”. (MARIA JOSÉ²¹).

O carepé – formado da casca de uma árvore a qual elas denominam de “carepezeiro” – é adquirido normalmente da seguinte forma: no Maruanum os donos de roça derrubam a vegetação para realizar o plantio de mandioca e de outros produtos. Quando nessa vegetação encontra-se o “carepezeiro”, depois que a árvore estiver seca, retira-se as cascas da árvore e a queimam. Após a queima as cinzas são piladas e peneiradas, formando um pó. Esse pó está pronto para ser utilizado nas peças. Dependendo do grau de parentesco com as louceiras, os roceiros doam ou vendem essas cascas. Há roceiros, porém, que vendem o carepé já beneficiado, ao custo de R\$ 20,00 (a lata) ou R\$ 15,00 o bruto (a saca), em média.

²¹ Entrevista com Maria José, realizada em 20/03/2010.

d) Descanso do barro

Durante o processo de mistura do barro, são utilizados carepé e água, deixando a massa mole e aguada. Para que essa mistura ganhe a consistência ideal para confecção da louça, é necessário que o barro “descanse”. Quando as louceiras se referem ao descanso do barro, quer dizer que este deve ficar intocável. “Agente tem que deixar o barro descansar pra que ele fique no ponto de fazer a louça”. Afirmou D. Castorina²².

O descanso dura uma média de três dias, para que assim ele fique mais denso e homogêneo. Deste modo ele poderá ser utilizado. Entretanto algumas louceiras dizem que não há necessidade desse descanso e continuam a produção no mesmo momento, após a mistura.

2 – Confecção das louças

i) Formatação do objeto

A produção das louças de barro acontece de forma individualizada, onde cada louceira confecciona suas próprias peças. O local de produção das louças se dá nas suas residências, fora de suas casas, às vezes no quintal ou em outra parte do terreno. Elas constroem uma tenda, que elas chamam de “tendal”, feita de madeira, com uma cobertura normalmente de palha.

Passado o procedimento de mistura e descanso do barro, inicia-se o processo de fabricação das peças. Para isso, as louceiras pegam dois pedaços de tábua lisa e as colocam em cima do balcão da tenda. Uma das tábuas é forrada com um plástico de espessura grossa para que o barro não grude na

²² Entrevista com Castorina da Silva, realizada em 19/03/2010.

tábua; nesta tábua será feita a louça. “Agente coloca esse plástico porque senão ele gruda no pau; depois pra tirar é um sacrifício”. (MARIA JOSÉ²³).

A outra madeira, a qual é mais comprida, servirá de auxílio para a confecção da louça, a qual não é forrada com plástico. Nessa primeira etapa da produção, as louceiras pegam uma quantidade de barro já descansado e vão amassando-o até formar uma bola de barro.

A bola de barro formada é batida com as mãos por completo para ganhar mais perfeição. Dessa bola é feita a base da louça. Pega-se então um objeto feito de cuia chamado de “cuiepéu” para alisar, modelar o fundo. “Esse aqui é o cuiepéu que agente alisa”. (MARIA JOSÉ²⁴). A base tem forma circular e suas extremidades são amassadas com o dedo polegar para melhor fixação das tiras de barro que elas chamam de “cordão” ou “pavil” na louça.

Ainda na continuação dessa base elas pegam mais uma quantia de barro modelando-o para formar os “pavis” para serem grudados nas laterais do círculo. São feitos dois pavis para a constituição da base da louça, um posto em cima do outro. Depois de armado elas pegam o cuiepéu, molham-no com água e passam sobre as emendas da louça, alisando-a para dar-lhe melhor forma.

É importante destacar que quando as louceiras estão trabalhando com o barro às vezes elas percebem que tem bolas de ar no barro. Para esse ar, que elas chamam de “vento”, sair do barro, elas o furam com o cuiepéu e depois alisam o barro novamente. Caso elas não notem a presença desse vento no barro a louça estoura na hora do processo de queimação.

Depois que a base está pronta a mesma deve secar por uma média de duas a quatro horas para poder dar continuidade à produção. Passadas as horas, quando o barro já se encontra mais rígido é que elas começam a fazer as laterais da louça, pois do contrário o barro da base não consegue suportar o restante do barro das laterais.

²³ Entrevista com Maria José, realizada em 20/03/2010.

²⁴ *Ibidem*.

Para a produção de qualquer louça a base é a mesma. Elas seguem o mesmo procedimento acima esboçado. Quanto à confecção das laterais, as louceiras fazem vários “pavis” e vão empilhando um sobre o outro até alcançar a altura desejada. Nesse caso, vai depender do tamanho da louça.

ii) Alisamento da louça

No momento em que a louça foi esculpida por completo, elas utilizam uma folha a qual nasce geralmente em árvore que se encontra em estado de decomposição, chamada por elas de “orelha de pau” ou “urupéua”, que serve para fazer alguns acabamentos na borda da louça, nomeado por elas de “beço da louça”. “Esse aqui é a urupéua, que nós molha primeiro e depois passa no beço da louça, pra ficar bem lisinha” (IRENE, 2010). Algumas louceiras utilizam a folha da laranjeira, graviola ou limão; a louceira que decide que folha utilizará. Essa folha é molhada com água e depois é passada na louça, alisando-a.

iii) Secagem

Em seguida elas colocam a louça para secar por uma média de dois dias em tempos de sol ou até cinco dias quanto é tempo de chuva. Mesmo em dias ensolarados as louças não são expostas diretamente ao sol porque elas empenam (peças tortas). Por esse motivo elas demoram tanto para secar, pois a secagem é na sombra. Depois de secas as louças estão prontas para o processo de aperfeiçoamento, que as louceiras denominam de “raspagem”.

iv) Raspagem

O processo de raspagem da louça é feito com uma faca média. Raspa-se toda a peça para retirar o excesso de barro com o objetivo de reduzir a espessura da louça. Com a faca também se fazem pequenos orifícios na louça, quando se trata de fogareiros ou churrasqueiras, por exemplo, os quais servem de suspiro, e outros detalhes como decorações para embelezar a louça. As sobras da raspagem são reaproveitadas. As mesmas são colocadas em um recipiente com água para amolecer, para depois retornarem junto ao barro estocado.

v) Polimento

Após o processo de raspagem, elas utilizam uma pedra de seixo de forma arredondada e passam na louça para “bunir” (alisar, polir). Essa pedra dá um brilho à louça; é como se a pintasse. A louça que era áspera fica bem lisa. Depois de todo esse processo anterior, a louça é posta para secar novamente para que a mesma seque completamente. A louça fica uma média de duas semanas aguardando para ser queimada.

vi) Queima

A queimação da louça é necessária para que o barro, ao entrar em contato com água, não desmanche. Esse processo requer que ela tenha secado por uma média de três semanas, contando do dia que a louça foi feita, passando pelo processo de raspagem até chegar na queimação.

O processo de queima é feito inicialmente dentro da louça. Elas fazem um fogo dentro da peça com lenha e a deixam queimar por aproximadamente 25 minutos. Em seguida é feita a queima pela parte de fora da louça, a qual tem duração de quase 1 hora, até a louça alcançar uma cor avermelhada. As louceiras não aconselham queimar a louça quando o vento está muito forte, senão ela estoura.

vii) Impermeabilização

Depois que a louça foi queimada elas passam uma resina chamada de “jutaicica” só na sua parte interna, enquanto a louça ainda está quente, para sua impermeabilização e para que a comida não grude na louça. A resina brota no jatobá, que escorre pela planta e pinga no chão, endurecendo e se transformando numa pedra, que é a jutaicica. Para utilização dessa resina a mesma é grudada na ponta de um galho para ser passada na louça. Como a resina tem função impermeabilizadora, a jutaicica só é utilizada em panelas, tigelas, alguidar ou outros depósitos de comida e bebida; em fogareiro e churrasqueira, por exemplo, não se utiliza a resina.

Com relação à qualidade da jutaicica pode-se fazer um teste com a mesma através do aquecimento de parte da resina encostando-a em uma superfície e averiguando os resultados: se soltar uma espécie de liga, esticando a resina, esta é considerada de boa qualidade; porém se acontecer de a mesma não esticar, esta é considerada imprópria para uso, visto que a parte interna da louça ficará com uma parede irregular (enrugada).

Ressalta-se que a jutaicica não pode ser passada na louça em ambiente fechado, pois a mesma, segundo as louceiras, tem cheiro forte e desagradável, podendo causar tosse e fortes dores de cabeça. Finalmente, após aproximadamente um mês de produção, a louça está pronta para ser utilizada. Assim, encerra-se o processo de produção das louças, dotado de muitas especificações e simbologias.

Tradição e mudança

Percebe-se que o processo ritual presente na produção de peças de barro tornou-se mais dinâmico nos últimos tempos, permitindo mudanças em padrões tradicionais. Uma dessas modificações refere-se à questão de gênero, pois

antigamente todas as etapas dessa produção eram realizadas apenas por mulheres. Atualmente os homens estão, aos poucos, se inserindo neste processo, principalmente na fase de retirada do barro, quando é delegada a eles, a parte do trabalho que exige um maior esforço físico, como a escavação do buraco ou a condução da canoa a remo, a qual é usada para transportar a argila do barreiro até a vila.

Essa dinamização também é visível nas ferramentas utilizadas na retirada do barro, pois, como este ritual é cercado de crenças e preocupação no que diz respeito à utilização dos recursos naturais de forma racional para não agredir o meio ambiente, as louceiras mais antigas extraíam da floresta pedaços de madeira para serem transformadas em ferramentas, baseando-se na convicção de que os instrumentos naturais são menos danosos ao solo.

Hoje é possível observar a flexibilidade em relação a essas ferramentas, já que as ferramentas industrializadas como a enxada e a pá, já faz parte dos instrumentos utilizados pelas louceiras, o que para elas contribui para reduzir a quantidade de madeira retirada da mata, sem interferir no objetivo do ritual.

A sociedade não é um ser nominal e de razão, mas um sistema de forças atuantes e a eficácia das idéias e crenças precisam ser incluídos na análise explicativa, somando-se à ação, para que se identifiquem os mecanismos de movimento e reprodução da sociedade. (PEIRANO, 2000:08).

Partindo deste pressuposto, o desempenho do ritual de produção ceramista realizado pelas louceiras do Maruanum depende da força influente sobre a crença que ocorre na comunicação entre as mulheres e a Mãe-do-Barro, momento este considerado essencial para a eficácia do ritual, pois as louceiras solicitam a uma entidade sobrenatural, por elas considerada a protetora do barro, que as concedam uma boa colheita.

Já houve casos em que as mulheres cavaram um buraco profundo e não chegaram ao barro apropriado para a confecção das cerâmicas. As louceiras atribuem este acontecimento a alguma falha na comunicação ou até mesmo

justificam esta negação da Mãe-do-barro a algum tipo de desrespeito praticado por uma das louceiras, durante os momentos que antecedem o ritual.

Para as louceiras, não basta apenas pedir e receber uma boa colheita. É também importante, ao final, agradecer pela graça recebida, ofertando uma lembrança simbólica, em molde de uma pequena peça feita na hora por cada uma delas e colocada no fundo do orifício.

Este ritual é cercado de cuidados durante todas as etapas, isto para não colocar em risco uma tradição que apesar de ser artesanal e repetitiva por várias décadas, passa por um longo processo que inicia com a retirada do barro e termina com a queima da louça. Essas particularidades são de suma importância para obtenção de sucesso no ritual de produção ceramista do Maruanum.

4 – A CERÂMICA E O MERCADO

As cerâmicas produzidas pelas mulheres do Maruanum são as seguintes: alguidar, travessa, fogareiro, churrasqueira, tigela, xícara, pires, copo, prato, colher, torrador de café, panela, candeia (para iluminar), luminária, pote e filtro.

Todos da comunidade conhecem e admiram o trabalho das louceiras. Muitos possuem louças feitas por elas e a utilizam para uso doméstico. A louça mais comum utilizada pela comunidade é o alguidar (tradicionalmente utilizado para amassar o açaí e a bacaba) e o fogareiro. Antigamente o pote e o barril também eram muito utilizados, porém entrou em desuso com a adesão de outros objetos industrializados.

O agente distrital, Sr. José Costa²⁵, destacou que:

Atualmente o uso das louças ocorre com menos intensidade devido à modernidade, porém insubstituível, quando é levado em consideração o sabor dos alimentos feitos em panelas de barro como o feijão, por exemplo. A água armazenada em potes de barro é melhor do que a água com gelo. A candeia de barro é usada como recipiente para queimar o azeite de andiroba, iluminando o ambiente quando falta energia elétrica.

4.1 – A cerâmica como artesanato

A matéria prima para a confecção da cerâmica é a argila. O artesanato é considerado uma técnica utilizada pelo artesão que exige destreza e habilidade. O processo produtivo da cerâmica requer tempo e paciência, pois trata-se de um trabalho manual em que o artesão se dedica inteiramente.

A cerâmica é ao mesmo tempo a mais simples e a mais difícil de todas as artes. A mais simples, por ser a mais elementar; a mais difícil, por ser a mais abstrata. Historicamente, encontra-se entre as artes mais primitivas. Os vasos mais antigos que se conhecem eram modelados à mão em barro cru, tal qual era extraído da terra, e secos ao sol e ao

²⁵ Entrevista com José Costa, realizada dia 07/06/2010.

vento. Mesmo nesse grau do seu desenvolvimento, antes de possuir escrita, literatura ou mesmo uma religião, o homem possuía já esta arte, e os vasos que então produzia ainda são capazes de nos sensibilizar por suas formas expressivas. (HEAD, 1968:01).

A identidade de um povo é marcada pela sua cultura, o seu folclore e o seu artesanato. Reconhecemos uma determinada sociedade pela sua arte, a qual ganha características regionais de acordo com cada grupo. “Necessitamos, portanto estudar o artesanato como um processo e não como um resultado, como produtos inseridos em relações sociais e não como objetos voltados para si mesmos”. (CANCLINI, 1983:53).

“(…) Desde os trabalhos de Boas, Mauss, Lévi-Strauss, e, mais recentemente, Victor Turner e Geertz, sabemos que se queremos entender o simbolismo da arte, precisamos entender a sociedade”. (VIDAL E SILVA, 1992:281). Em consonância com esses autores, nas sociedades pré-industriais, o anseio pela arte é significar e não apenas representar. Portanto, a arte envolve todo um sistema de signos compartilhados pelo grupo e que possibilita a comunicação.

Para Vidal e Silva citado por Xavier (2006), o sistema de objetos e as artes são produtos de uma história, são formas expressivas da cultura de um povo, assim:

(…) remetem-se as tradições identificadas pelo grupo como suas marcas distintas, específicas de sua identidade, falam dos modos de viver e de pensar compartilhados no momento da confecção do produto material, artístico ou da vivência da dramaturgia dos rituais, indicando uma situação presente; em suas inovações, no esmero de sua produção e no uso que dela faz, indicam as relações entre indivíduo e o patrimônio cultural do grupo a que pertence e apontam para canais de comunicação com exterior e para projetos futuros. (VIDAL E SILVA citado por XAVIER, 2006:06).

Desta forma, é por meio da cultura material que diversas sociedades expressam suas relações com o meio ambiente e também questões culturais e socioeconômicas, as quais revelam aspectos como: costumes e tradições.

Outrossim, revelam a identidade cultural de grupos que deixaram objetos como único testemunho de sua existência.

Os objetos cerâmicos são registros do modo de ser, viver e pensar de uma sociedade produtora. Vidal e Silva citado por Xavier (2006) apontam para o estudo da cerâmica, aspectos como: beneficiamento da matéria-prima, os detalhes do processo produtivo, e até mesmo o gestual do indivíduo que produz, as técnicas de produção, os seus usos e os seus significados (rituais ou simbólicos). A cerâmica produzida pelas louceiras, de fato, são feitas através de um ritual, impregnado de simbologias. O fato de só mulheres serem hábeis a produzir a cerâmica é uma comprovação disso, e o respeito à “Mãe-do-barro” é outra forma de perceber que elas possuem uma crença.

A cultura e o artesanato, marcas de uma sociedade, estão ligados e correlacionados entre si. Através do artesanato identificamos determinada cultura e para estudarmos um povo com determinada cultura devemos nos remeter ao artesanato local. O artesanato não funciona de forma isolada, assim como a cultura, os dois fazem parte de um todo.

Aos poucos o artesanato tem ganhado maior visibilidade tanto no setor social como no econômico. O artesanato está em constante processo de mudanças, não é um produto estático. Com isso, Canclini (1983) defende que:

Falar sobre artesanato requer muito mais do que descrições do desenho e de técnicas de produção; o seu sentido só é atingido se o situamos em relação com os textos que predizem e o promovem (...) em conexão com as práticas sociais daqueles que o produzem e o vendem, observam-no ou compram (...) com relação ao lugar que ocupa junto a outros objetos na organização social do espaço. (CANCLINI, 1983:51).

O objeto artesanal atende à expectativa mercadológica no campo do turismo, da decoração, do vestuário e do entretenimento em consumir produtos voltados para a interface de contextos socioculturais e naturais. Esse caráter intensifica a conexão entre cultura tradicional e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que evidencia a “tensão” presente nesse enlace, porque mesmo

estando submetido à lógica mercantilista, o artesanato é um processo dotado de propriedades intimamente vinculadas a valores e tradições que, por sua vez, o qualifica como patrimônio cultural, ao mesmo tempo, material e imaterial.

Observa-se, nesse contexto, que na época da colonização do Brasil houve o encontro da população negra com as demais etnias branca e indígena, a qual proporcionou para a nação brasileira, como principal consequência, a miscigenação, não só racial, mas principalmente cultural. Sabe-se que as mulheres negras, ao entrarem em contato com a cultura indígena, entre tantas outras heranças, aprenderam a confeccionar as louças de barro para seu uso doméstico. O manuseio do barro passou a fazer parte dos costumes das populações afro-descendentes e da sua cultura.

Ao confeccionar o produto artesanal, o artesão está, mesmo inconscientemente, rememorando a sua prática material mediante a recriação simbólica de elementos de sua cultura e das relações sociais. Já o consumidor quando compra uma peça de artesanato interage com o tempo e o lugar, porque a fruição estética e o possível uso prático dela permitem-lhe vivenciar a tradição assentada na lógica cultural de uma localidade.

As louceiras do Maruanum possuem características de uma comunidade tradicional, uma vez que remontam técnicas deixadas por seus antepassados na confecção das louças de barro. Devemos considerar, também, que a cerâmica apresenta uma característica ímpar, típica de comunidades tradicionais: ela se dá de forma sustentável, sem agredir o meio ambiente.

Um sistema de produção sustentável é aquele capaz de atender as nossas necessidades presentes sem prejuízo para as gerações futuras, não apenas em termos de sobrevivência, mas também no que diz respeito à qualidade de vida no sentido mais amplo desse conceito. A sustentabilidade se refere à utilização dos fatores da produção e das condições de sobrevivência, assegurando que o desenvolvimento da população ocorrerá sem degradar os recursos naturais essenciais.

4.2 – Transformação dos utensílios em peças de artesanato

As louceiras do Maruanum, hoje, produzem louças para sua comercialização. Trata-se de um artesanato em cerâmica que, por ser originária de uma tradição comunitária, funciona como atrativo para os consumidores. Aquilo que antes servia somente como utensílio doméstico, como já explanado, atualmente ajuda nas suas despesas, através das vendas.

Como se pode observar há mudança temporal dos objetos, o qual assume, com o passar dos tempos, outra simbologia. O objeto passa a ter outra função, seja na sua utilidade ou apenas na mercantilização desse então produto. É nesse contexto que enfatizamos que as variedades sociais produzem um vínculo entre o ambiente social da mercadoria e seu estado simbólico e temporal.

Portanto, a mercantilização reside na complexa interseção de fatores temporais, culturais e sociais (...) Segundo esta definição, o termo “mercadoria” passa a ser empregado no restante desse ensaio com referência a coisas que, numa determinada fase de sua carreira e em um contexto particular, preenchem os requisitos da candidatura ao estado de mercadoria. (APPADURAI, 2008:30).

É observável que as louceiras têm uma compreensão de que os consumidores tencionam utilizar as louças para uso doméstico, e não para exposição em suas casas, servindo de adorno. Nesse sentido, o grau de coerência valorativa entre duas culturas distintas, as quais efetuam trocas econômicas, pode ser altamente variável conforme a situação, e conforme a mercadoria.

Podemos, pois, falar do quadro cultural que determina a candidatura de coisas ao estado de mercadoria, mas devemos ter em mente que algumas situações de troca, tanto inter como intracultural, se caracterizam por uma gama mais superficial de padrões de valor compartilhados. Por conseguinte, prefiro usar o termo regimes de valor, por não implicar que todo ato de trocas de mercadorias pressuponha um quadro cultural em que se compartilhe uma totalidade de crenças. (APPADURAI, 2008).

4.3 – O consumo na era da globalização

A aquisição de uma mercadoria se dá por meio de uma troca econômica, determinando, dessa forma, o valor dos objetos. Para Simmel, “valor jamais é uma propriedade inerente aos objetos, mas um julgamento que sujeitos fazem sobre ele”. (SIMMEL citado por APPADURAI, 2008:15). A partir dessa valoração é que se possibilitam as trocas econômicas, que são, para Simmel, uma troca de sacrifícios. “(...) o desejo de alguém por um objeto é satisfeito pelo sacrifício de um outro objeto, que é o foco do desejo de outrem. Tal troca de sacrifícios é o que constitui a vida econômica, como forma específica.” (APPADURAI, 2008:16).

As mercadorias estão diretamente relacionadas com o consumismo. Consumir algo é adquirir um produto, um bem material. Vários teóricos procuraram entender a dinâmica do mercado, estabelecida através das trocas comerciais e das políticas valorativas adotadas em um bem de consumo. A maioria deles converge para a idéia de que o consumidor está no centro desse processo econômico: é ele quem define essa dinâmica, a partir de suas definições de compra, segundo sua necessidade.

O que instigará o consumidor a escolher determinado produto depende da cultura em que se está inserido, determinando, sem que se perceba, as suas opções. Douglas e Isherwood (2004) consideram que os bens são a parte aparente da cultura e enfatizam, ainda, que:

(...) o consumo não é imposto; a escolha do consumidor não é uma escolha livre. Ele pode ser irracional, supersticioso, tradicionalista ou experimental: a essência do conceito de consumidor individual do economista é que ele exerce uma escolha soberana. (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2004:101).

Devemos realçar que a cultura é responsável pela valorização de uma mercadoria, no que concerne à sua classificação segundo quem a produziu. Appadurai (2008) distingue as mercadorias singulares daquelas que são

homogêneas, onde, na segunda observa-se apenas a característica material/física do objeto, e na primeira considera-se sua singularidade/especificação.

Assim acontece com as peças produzidas pelas louceiras. Não se tratam de louças belas, no sentido da arte culta, mas o que está em questão é que elas foram produzidas com esmero por um grupo de mulheres, e que carregam a força da tradição de uma comunidade, logo, a identidade do grupo e que trabalham de forma sustentável com o aproveitamento dos bens naturais.

(...) pode ser útil considerar que as mercadorias têm histórias de vida. De acordo com essa visão processual, a fase mercantil na história de vida de um objeto não exaure sua biografia é culturalmente regulada e sua interpretação admite, até certo ponto, a manipulação individual. (KOPYTOFF citado por APPADURAI, 2008:31).

A cultura tem relação direta com o consumo; só se compra aquilo que é interessante ou necessário, sendo definido pelo modo de vida. Entretanto, quando percebemos que o consumo ultrapassa regiões, países e identidades podemos questionar se esse processo de consumo está mesmo assentado na cultura. Porém, devemos enfatizar que o consumo é parte integrante da economia do capitalismo e que tem sido redefinido no contexto da globalização.

Nesse sentido, Canclini (1996) afirma que a globalização não é um simples processo de homogeneização, mas um reordenamento das diferenças, sem desconsiderá-las. Assim, a multiculturalidade é um tema indissociável dos movimentos globalizadores.

O mundo, apesar de não falar a mesma língua, veste as mesmas marcas, faz as mesmas refeições, ouve as mesmas músicas, assiste aos mesmos filmes. Há, na verdade, um encolhimento do espaço em função da difusão de novas tecnologias, da globalização. É claro que essa forma de produção em massa é viável e causada pelo nosso sistema capitalista, onde as indústrias perdem sua nacionalidade e os produtos atravessam o mundo em busca de consumidores e lucro.

Nesse contexto, culturas diferentes não são empecilho para tal, mas possibilitam a difusão em larga escala dos produtos em geral. Appadurai (2008) cita dois padrões de trocas comerciais: as transações intraculturais e as transações que transpõem fronteiras culturais. As louceiras do Maruanum transpõem essas fronteiras, onde a comercialização das louças não se estabelece apenas em seu ambiente sócio-cultural.

O consumo, acima de tudo, deve ser visto como algo pensado e lógico, e não como um procedimento fútil, instigado pela oferta. Os consumidores que gerem o mercado e não o contrário. Nesse sentido Canclini (1996) propõe reconceitualizar o consumo não como simples cenário de gastos inúteis e irracionais, mas como um espaço que serve para pensar, e no qual se organiza grande parte da racionalidade econômica, sociopolítica e psicológica das sociedades. Mas o que podemos notar é que o consumo está, na atualidade, mais relacionado com o poder sócio-material e dos desejos do que com necessidades, por isso que há esse debate em torno do consumo irracional.

Em vez de supor que os bens sejam em primeiro lugar necessários à subsistência e à exibição competitiva, suponhamos que sejam necessários para dar visibilidade e estabilidade às categorias de cultura. É prática etnográfica padrão supor que todas as posses materiais carreguem significação social e concentrar a parte principal na análise cultural em seu uso como comunicadores... é evidente que os bens tem outro uso importante: também estabelecem e mantêm relações sociais. (DOUGLAS E ISHERWOOD, 2004:105).

Douglas e Isherwood (2004) defendem que o consumo utiliza os bens para classificar pessoas e eventos. É um processo ativo em que todas as categorias sociais estão sendo continuamente definidas através da aparência. Canclini (1996) trata o consumo como lugar de diferenciação entre as classes e os grupos, dando atenção para os aspectos simbólicos e estéticos dos consumidores, onde, a lógica que rege o consumo não é a satisfação das necessidades, mas a escassez dos bens ou sua impossibilidade de aquisição.

O consumo reúne processos sócio-culturais que tem por fim a aquisição de um produto. Nesse processo, o consumo é determinado a partir de uma

racionalidade econômica, num ciclo de produção, iniciado pela procura e posteriormente adotado pela demanda, que sobrevém a partir de realidade econômica individual que limita ou reduz o poder de compra e enquadra esse consumidor numa classe social ou grupo, segundo sua capacidade financeira, através de uma comunicação não verbal, colocando os consumidores em posições diversificadas.

4.4 – Processo de comercialização das louças

A confecção das louças acontece de forma individualizada. Cada louceira produz e vende suas próprias peças. A comercialização dessas louças dá-se por encomendas na Associação ou diretamente com as próprias louceiras na comunidade do Maruanum. Outra forma comum de comercialização é a venda das peças na Casa do Artesão (em Macapá) ou nas diversas feiras agropecuárias que são realizadas no Amapá. Quando as encomendas são feitas na Associação, a presidente é quem seleciona as louceiras que irão produzir as peças, não existindo um critério de escolha ou rodízio entre elas.

A cerâmica do Maruanum passou a ser efetivamente inserida nas relações de mercado através da exposição nas feiras agropecuárias e na Casa do Artesão. As louças, desse modo, passaram a ter maior visibilidade na sociedade amapaense, ocasionando, assim, maior saída para o mercado, visto que, a exposição e venda das louças apenas na comunidade do Maruanum, permanecia no anonimato e restrita à compradores que visitavam a localidade. Hoje, as peças do Maruanum já foram comercializadas inclusive em outras feiras fora do Estado, como no Distrito Federal e outros.

A comercialização é realizada dentro e fora do distrito, porém a forma como as mesmas são utilizadas varia de acordo com o cliente. Quando um comprador adquire uma louça este poderá utilizá-la de duas maneiras: para fins domésticos, como utensílio, ou para enfeite, como artesanato.

As cerâmicas das mulheres do Maruanum têm sido projetadas pelas instituições públicas e privadas do estado do Amapá como objetos potenciais de negócio. Isto se dá no contexto das políticas de turismo, do artesanato e de eventos. Não tem sido à toa que nos últimos anos as louceiras têm sido alvo das políticas do Serviço Brasileiro das Micro e Pequenas Empresas do Amapá (SEBRAE/AP).

Segundo D. Maciana, o SEBRAE é o maior parceiro da associação, parceria esta que perdura mais de cinco anos. A relação do SEBRAE com a ALOMA diz respeito à comercialização das louças, através do melhoramento no design das peças e na agregação de valores no produto final por meio de cursos ofertados para as louceiras, a fim de proporcionar um melhor acabamento nas louças.

O SEBRAE também é um incentivador do associativismo entre as louceiras, tencionando o aumento da demanda. Dona Neuma Simões²⁶ é consultora do SEBRAE e trabalhou, em 2010, essa questão do associativismo com as mesmas. Segundo a consultora,

O SEBRAE enquanto parceiro da Associação tem a função de agregar valor ao produto e de resgatar a cultura. Ele trabalha com micro e pequenas empresas e empreendedorismo. Dentro do SEBRAE tem n linhas de projetos e entre eles tem o projeto artesanato porque o desenvolvimento local pode se dá também a partir do artesanato, visto que há uma preocupação com o desenvolvimento local através de arranjos produtivos.

Uma das ações do SEBRAE/AP foi a criação de uma “tabela de preços”, objetivando a padronização dos valores. Essa tabela foi criada com o intuito de estabelecer apenas uma base de valores para as peças, sendo que as louceiras têm liberdade para aumentar ou diminuir o valor determinado. Dona Maria José (louceira), informou os preços de algumas de suas louças.

²⁶ Entrevista com Neuma Simões, realizada dia 20/03/2010.

LOUÇA	VALOR (PEQUENA)	VALOR (MÉDIA)	VALOR (GRANDE)
ALGUIDAR	R\$ 35,00	R\$ 50,00	R\$ 70,00
PANELA	R\$ 25,00	R\$ 40,00	R\$ 60,00
TIGELA	R\$ 3,00	R\$ 5,00	R\$ 8,00
CHURRASQUEIRA	R\$ 35,00	R\$ 50,00	R\$ 70,00
FOGÃO	R\$ 25,00	R\$ 35,00	R\$ 45,00
TRAVESSA	R\$ 15,00	R\$ 25,00	R\$ 35,00
XÍCARA	R\$ 2,00	R\$ 3,00	R\$ 4,00

Outra ação importante do SEBRAE/AP foi a orientação para o plantio do jatobá, árvore de onde é extraído a jutaíca, o qual foi plantado no terreno da ex presidente da ALOMA, D. Maciana, objetivando a preservação da espécie, a qual encontra-se em falta no Maruanum.

Deve-se esclarecer que a comercialização das louças passou por duas fases: primeiro as louças deixaram de ser utensílios domésticos para servirem de peças de artesanato. Em seguida, o artesanato que era extremamente rústico, passa a adquirir novos formatos e design, adequando-se ao comércio – na forma de arte, próprio para o consumo.

Nessa fase que o SEBRAE contribuiu significativamente, com intuito de melhorar o produto especialmente para comercialização, tendo como “carro chefe” das vendas a identidade das louceiras do Marunaum. Com o desenvolvimento dessas novas técnicas de produção, visando o aperfeiçoamento das louças, as peças passam a disputar no mercado com outras cerâmicas de forma mais igualitária, visto que o consumidor valoriza a estética de um artesanato. As mulheres deixam de fazer as louças por simples e único modo de lazer, e passam a produzir peças artesanais para ganhar lucro e ajudar nas despesas domésticas.

CONCLUSÃO

A pesquisa de campo realizada com as louceiras, no distrito do Maruanum, mediante o objetivo a ser alcançado, onde se pretendia analisar o processo de produção das louças e o papel das mulheres na comunidade do Maruanum, considerando a complexidade do ritual utilizado, obteve êxito.

Realizar um trabalho de campo junto a uma comunidade hospitaleira e receptiva como o Maruanum, tornou-se uma tarefa agradável. As louceiras não se opuseram de forma alguma em contribuir com a realização da pesquisa sobre o seu ofício de produzir as louças em cerâmica. A permissividade em participar de todas as etapas de produção foi dada, e com satisfação.

Observou-se uma característica ímpar da produção ceramista, ela se dá de forma sustentável, sem causar danos ao meio ambiente. Hoje, manter uma produção sustentável é incomum em nossa sociedade capitalista. Para a maioria, é difícil enxergar que a nossa relação com a natureza é de interdependência. O mundo moderno precisa de exemplos de relações homem-natureza mais harmoniosas. As mulheres do Maruanum são exemplo dessa relação.

É importante destacar que o trabalho em cerâmica realizado pelas louceiras ocorre de forma singular no que se refere à fabricação e comercialização dentro da lógica mercantilista atual, onde todas as etapas de produção, as quais seguem uma sistemática que vai desde a extração da matéria prima até a comercialização das peças, são realizadas por elas.

Verificou-se que o processo de produção é manual, diferentemente de outros artesãos, que utilizam máquinas para produzir. Os artesãos do município de Mazagão-AP, por exemplo, fazem uso de um equipamento chamado torno para modelar a peça e agilizar a produção. Também percebeu-se que, ao contrário das louças do Maruanum, o uso desse maquinário dispensa a utilização do carepé como um componente no processo produtivo.

No decorrer da pesquisa, notou-se que grande parte do processo de produção das louças acontece de forma individualizada, aliás o único momento

que elas trabalham em grupo é na busca da matéria prima (barro e carepé). A extração do barro dificilmente acontece em conjunto com todas as louceiras da associação. Normalmente elas se reúnem com aquelas que possuem mais afinidade. E ainda assim, cada louceira escolhe e guarda seu montante de barro, o qual servirá de matéria prima para confecção, apenas, de suas próprias louças.

O Sebrae, ao trabalhar o associativismo com as louceiras, incentivou-as a produzirem e comercializarem de forma compartilhada entre os membros da Associação, buscando a progressão uniforme de todas as louceiras. Porém, elas ainda estão se adaptando a esse novo sistema, onde percebe-se que elas ainda trabalham sozinhas, cada qual em sua casa e vendendo suas peças aquém da Associação.

Nota-se também que quando chegam encomendas na associação, não existe um critério de divisão entre as louceiras, sendo que nem todas são contempladas com parte da produção, havendo uma relação de compadrio entre elas, onde a pessoa que recebeu a encomenda participa apenas às suas companheiras mais próximas. Esse procedimento faz com que as louceiras menos favorecidas se sintam desestimuladas a trabalharem associadas.

Percebeu-se que houve uma alteração no processo de confecção das louças, mais especificamente na extração do barro. O que antes era tarefa apenas feminina, passou a contar com o apoio da figura masculina. O homem entrou nesse processo com funções específicas: fabricar a ferramenta de cavar, escavar, assim como, revezar na tarefa de arremessar as bolas de barro para fora do buraco e auxiliar no transporte da argila. Conclui-se, assim, que essa mudança não se trata de perda de tradição, mas numa dinamização cultural, afinal a cultura não é estática.

Outro diferencial observado na produção artesanal realizada pelas louceiras é que independentemente da finalidade que a louça assumirá, as louceiras produzem peças padronizadas, prontas para servirem de utensílio. As louceiras têm todo cuidado ao produzir, demonstrando preocupação com a peça que poderá estourar com água quente se mal feita, por exemplo. Elas não fazem

diferença entre as peças que servirão de enfeite ou aquelas que serão utilizadas para uso doméstico.

Com o decorrer dos anos, as louceiras passaram a expor sua criatividade, através da incorporação de desenhos nas louças, com o intuito de embelezar a peça, e assim, agregar valor. Hoje, é comum visualizar louças com flores ou outros desenhos simples feito por elas próprias, o que antes não existia, registrando, assim, sua marca.

Ao presenciar as etapas de produção, notou-se a presença de crenças na confecção das louças. Essas superstições qualificam as louceiras como apropriadas ou não para a produção. Em dias de lua cheia, por exemplo, as louceiras não queimam as louças justificando que ela estoura. Tem louceira que nem mexe no barro em dias de lua cheia porque senão, segundo elas, a louça “não presta”.

Além disso, quando falece algum membro da família, elas não produzem louças durante uma média de um mês após o ocorrido, pois, caso contrário, a louça não será bem feita. Outra superstição detectada diz respeito ao estado físico da mulher. Estando ela no seu período menstrual, a mesma se torna impossibilitada para realização do ofício, diz-se impura. Também acreditam que não podem manter relações sexuais no dia que antecede a extração do barro, justificando que senão elas não encontrarão o barro próprio para o uso delas.

Após o surgimento da temática em questão, surgiram três hipóteses a serem averiguadas. Todas as três foram confirmadas. A primeira foi a respeito da prática da confecção das louças, que inicialmente se consolidava em uma questão exclusivamente tradicional, mas que hoje se alia ao fator econômico, visto que as louças adquiriram valor de mercadoria.

Atualmente as louceiras confeccionam peças exclusivamente para serem comercializadas. Essa prática, hoje, representa uma forma de ajudar nas despesas domésticas. Aquilo que antes era apenas uma prática tradicional, feita para uso exclusivamente doméstico, ganha novas formas e design para ser vendido.

A segunda hipótese era de que a confecção das louças traz às mulheres uma sensação de satisfação pessoal. Mais de que uma herança tradicional e uma forma de ganhar dinheiro, a atividade de produzir louças é algo que as deixa alegres. Quando elas começam a produzir esquecem o tempo, deixam outras tarefas de lado e se dedicam completamente à arte em cerâmica.

A terceira e última hipótese era a afirmação de que a produção proferida pelas louceiras é uma forma de declarar o papel da mulher dentro da comunidade. Todos da comunidade apreciam e respeitam o trabalho dessas mulheres. Ao perguntar para qualquer morador da comunidade a respeito das louceiras, todos saberão indicar onde as encontrar. O papel da mulher, nessa comunidade não é de dona de casa frágil e dependente do marido, mas de mulheres fortes e independentes, que podem, através de uma tradição familiar, ajudar financeiramente em casa, fazendo aquilo que gosta.

Ao término deste, reconhecemos a importância desta preciosa pesquisa para o enriquecimento teórico / científico dos arquivos amapaenses e da antropologia, e espera-se que este possa servir como base para demais estudos junto às louceiras do Maruanum, servindo essa temática como estímulo para demais pesquisadores.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro: Eduff, 2008.

BANDEIRA, Lurdes. Relações de gênero, corpo e sexualidade. In: GALVÃO, Lorem (Org.). [et al]. **Saúde sexual e reprodutiva no Brasil**. São Paulo: Hucitec, population concil, 1999.

BARROSO, Iraci de Carvalho. Os saberes de parteiras tradicionais e o ofício de partejar em domicílio nas áreas rurais. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap**, Amapá, n. 2, 2009. Disponível em: <www.pracs.com.br/numeros/2/artigos/a04n22009.pdf>. Acesso em: 10/01/2011.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Dispões sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Conflitos multiculturais da globalização**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: Aspectos da cultura popular no Brasil. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CORDEIRO, R. de L. M; SCOTT, R. P. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, V.15, n.2, maio/agosto, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200008> Acesso em: 30/01/2011.

DORNELLES, Jonatas. **A aplicação do modelo ritual na análise antropológica.** Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://naya.com.ar/congreso2002/pnencias/jonatasdornelles.htm>>. Acesso em: 18/08/2009.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens, para uma antropologia do consumo.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FRAGOSO, Vítor. **O Mito, uma necessidade do homem?** 2001. Disponível em: <<http://psicoforum.br.tripod.com/index/artigos/mito1.htm>>. Acesso em: 30/10/2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 41, n. 2, 1998. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s003477011998000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 23/11/2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Maria Bandeira de Mello Leite Nunes. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GOMES, F.S. Em torno dos Bumerangues: Outras Histórias de Mocambos na Amazônia Colonial. **Revista USP**, São Paulo, v.28, dez/fev, 1996. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/28/03-gomes.pdf>>. Acesso em 30/01/2010.

GOMES, F.S. **A hidra e os pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII – XIX).** São Paulo: UNESP, 2005.

HEAD, Herbert. **Arte e alienação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2003.

MALCHER, Maria A. F. Somos quilombolas, a organização de mulheres negras rurais em Santa Rita de Barreiras. In: **Fazendo gênero 9 – Diásporas, diversidades, deslocamento**, Santa Catarina, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278293631_ARQUIVO_MariaAlbenizeFariasMalcher.pdf. Acesso em: 29/01/2011.

MARTINS, Daiana B; ALMEIDA, Naira Neiva M. **Campesinato, relações de gênero e liderança feminina em uma comunidade rural no Amapá**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Trabalheiras e camaradas: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica**. Belém: UFPA, 1993.

_____. Quando Chega essa “Visita”? In: **A Amazônia e a Crise de Modernização**. Maria Angela D’Incao e Isolda Maciel da Silveira. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. (Coleção Eduardo Galvão).

MURRIETA, Rui; WINKLERPRINS, Antoinette M. G. A. “Eu adoro flores!”: gênero, estética e experimentação agrícola em jardins e quintais de mulheres caboclas, baixo amazonas, Brasil. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 267-294.

PEIRANO, Mariza G. S. **A Análise Antropológica de Rituais**. Série Antropologia, Brasília, v. 270, p. 01-35, 2000.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Nas Veredas da Sobrevivência**: Memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos. Belém, Paka-Tatu, 2004.

QUEIROZ, J. M.; GOMES, F. S. **Amazônia, fronteiras e identidades**: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas - séculos XVIII - XIX). Lusotopie, Paris, v. 2002, n. 1, p. 25-49, 2002.

SILVA, José Maria da. **O espetáculo do Boi-bumbá**: folclore, turismo e as múltiplas alteridades em Parintins. Goiânia: UCG, 2007.

SILVA, Sandra Helena da; ROCHA, Sandra Damasceno da. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar na Amazônia: o “não trabalho feminino”. **Revista Eletrônica Mutações**, Amazonas, V.1, n.1, julho/janeiro, 2010. Disponível em: < www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200008 > Acesso em: 30/01/2011.

SNANIOTO, Eliane. **Relações de gênero entre populações indígenas nômades do Chaco: Abipón, Mocovi, Toba, Payaguá e Mbaya**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale dos Rios dos Sinos – UNISINOS. Disponível em: www.anchietano.unisino.br/publicacoes/textos/smaniotto2003. Acesso em: 23/09/2010.

SMAICLOVÁ, Gabriela. **A memória viva dos mitos brasileiros**. Disponível em: <http://www.institutocamoespraga.cz/pdf/Premio%20Iberoamericano%202007%20Gabriela_Smaiclova.pdf>. Acesso em: 05/11/2010.

TURNER, Victor. **O processo ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.

VIDAL, Lux B.; SILVA, Aracy Lopes. Antropologia estética: enfoques e contribuições metodológicas. In: VIDAL, Lux B. (Org.). [et al]. **Grafismo Indígena**:

estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Edusp, 1992. p. 279 – 293.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

XAVIER, Leandro Pinto. “**Aqui... a gente não vende cerâmica, a gente vende é cultura**”: um estudo de tradição ceramista em Icoaracy – Belém – Pa. Pará, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFPA, Pará. Disponível em: <http://www.ufpa.br/ppgcs/arquivos/dissertações/dissertacaoTurma2004-Leandro_pinto_Xavier.pdf>. Acesso em: 10/08/2009.

APÊNDICE



PANELA



ALGUIDAR



POTE



FOGAREIRO COM UMA PANELA EM CIMA



XÍCARAS, PORTA LENÇO, BULE,
RECIPIENTE PARA POR AÇÚCAR,
RECIPIENTE PARA POR SAL,
TRAVESSA



POTES (em destaque)



FOGAREIRO E LUMINÁRIAS
(no canto esquerdo)



XÍCARAS, CANECOS, RECIPIENTES,
FOGAREIRO, TRAVESSA



TRAVESSA E TIGELA (no
centro da foto)

FOTOS DA PREPARAÇÃO DAS LOUÇAS



ESCAVAÇÃO





RETIRADA DA TERRA



BARRO EXTRAÍDO



ESTOCAGEM DO BARRO



CONFECÇÃO DA LOUÇA NO TENDAL



PAVIL



BASE DA LOUÇA



ALISAMENTO DA LOUÇA COM O CUIEPÉU



RASPAGEM



POLIMENTO COM A PEDRA DE SEIXO



QUEIMAÇÃO DA PARTE INTERNA DA LOUÇA



QUEIMAÇÃO DA PARTE INTERNA E EXTERNA DA LOUÇA



IMPERMEABILIZAÇÃO COM A



LOUÇA JÁ IMPERMEABILIZADA

INSTRUMENTOS E MATÉRIA PRIMA



CUIEPÉU



CUIA QUE FAZ O CUIEPÉU



PEDRA DE SEIXO



CAREPÉ EM CINZA



CAREPÉ PENEIRADO



JUTAICÍCA



JUTAICÍCA PRONTA PARA PASSAR
NA LOUÇA

ANEXOS

Manifesto

O momento é de reflexão, uma reflexão que parte da necessidade de conhecermos a real situação do Maruanum.

Caros leitores, o Maruanum sempre foi conhecido como um lugar composto por pessoas alegres, religiosas e integradas familiarmente e culturalmente; afinal de contas quem nunca ouviu falar do marabaixo do Maruanum?

Muitas das diversas comunidades sempre foram identificadas com o “sobrenome” do Maruanum, entre elas: São Pedro Maruanum, Conceição do Maruanum, Torrão do Maruanum, Simião do Maruanum, entre outras.

Contudo, nos últimos anos nos foi levantada, ou melhor, nos foi apresentada a questão a respeito dos limites do Distrito do Maruanum, bem como sobre as comunidades que o compõe, causando, por conseguinte, ansiedade e consternação generalizada em seus moradores.

Ainda que aparentemente exagerada, tal afirmação encontra sólido fundamento no espírito de unidade que estas comunidades possuem o que remonta o início das suas respectivas formações. Não por acaso é que a formação inicial do “Maruanum-comunidades” é a feição atual do “Maruanum-distrito”.

O que hoje colocamos a todos os presentes é que somos todos do Maruanum, ligados histórica e culturalmente em tal proporção que uma eventual divisão territorial, tomando como determinantes apenas critérios geográficos, corresponde uma agressão ao valor histórico dos Antigos Negros, no esforço em estabelecer e tornar duradouro tais comunidades-irmãs, cuja ligação não se contesta.

No plano prático os moradores das comunidades do lado direito do rio tem o seu cotidiano diretamente ligado à influência do município de Macapá, visto a manutenção de serviços de saúde pública, pelo exercício do voto ali realizado e pela instalação da primeira instituição de ensino fora da área urbana.

Não estamos aqui menosprezando o município de Santana, mas pleiteando o direito de unidade dessas comunidades afro-descendentes, além de fazer relação lógica entre os argumentos já oferecidos, a estrutura de manutenção montada pelo município de Macapá, e enfim, a dificuldade de acesso dessas comunidades ao centro urbano de

Santana se comparado à Macapá. Embora as razões não se limitem a questões de valor cultural e histórico.

Caros amigos, o Maruanum não pode ser visto apenas como uma extensão de terra passível de rateio entre municípios vizinhos, limitando-se a divisões geopolíticas de limites naturais, como é o caso do rio Maruanum.

A questão do Maruanum como deve ser pode ser resolvida pela letra da lei que trata de limites, demarcações ou alterações territoriais, ou seja, a população deve ser ouvida votando através de plebiscito e dizendo o que lhe é mais adequado estando essa amparada por lei.

Talvez sejamos leigos em muitos assuntos político-administrativos, mas afirmamos aqui que temos direito de ser do Maruanum e isso não nos pode ser negado, apesar de que a o direito a muitas coisas já nos foi tirado por essa divisão que para nós só existe por que a maioria das comunidades não foram consultadas a respeito desta demarcação, nem quando foi criado o município de Santana, nem tão pouco o distrito do Maruanum do município de Macapá.

Aceitar que pertencemos a outro município é permitir que muitos dos nossos entes queridos que lutaram por um Maruanum melhor estejam em memória sepultados fora do lugar que mais amavam no mundo e isso para nós não pode acontecer!

Um lugar se constitui ao longo dos anos pela sua herança histórico-cultural. Permitam que a nossa não seja separada nem tão pouco morta, deixem o Maruanum em sua totalidade aonde lhe é de direito.

Josilana Santos

AJOMPROM